



Fundação Educacional do Município de Assis  
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis  
Campus "José Santilli Sobrinho"

---

**RODOLFO MELCHIOR LOPES**

**A ESCOLA AUSTRIACA DE ECONOMIA E A FUNÇÃO DO  
EMPRESÁRIO**

**Assis  
2012**

RODOLFO MELCHIOR LOPES

A ESCOLA AUSTRIACA DE ECONOMIA E A FUNÇÃO DO  
EMPRESÁRIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, como requisito do Curso de Graduação de Bacharelado em Administração.

Orientador: Dr. Reynaldo Campanatti Pereira

Assis  
2012

## FICHA CATALOGRÁFICA

MELCHIOR LOPES, Rodolfo

A escola austríaca de economia e a função do empresário / Rodolfo Melchior Lopes. Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA – Assis, 2012.

71p.

Orientador: Dr. Reynaldo Campanatti Pereira.

Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA.

1. Economia. 2. Escola Austríaca de Economia. 3. Livre mercado. 4. Empresário. 5. Empreendedorismo.

CDD: 658

Biblioteca da FEMA

# A ESCOLA AUSTRIACA DE ECONOMIA E A FUNÇÃO DO EMPRESÁRIO

RODOLFO MELCHIOR LOPES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, como requisito do Curso de Graduação de Bacharelado em Administração, analisado pela seguinte comissão examinadora:

Orientador: Dr. Reynaldo Campanatti Pereira

Examinador: Marcelo Manfio

Assis  
2012

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu tripé de sustentação Ademar Lopes, Lucia Melchior Lopes e Francisco Melchior que desde minha tenra idade mostram-me com os mais valiosos exemplos, os valores e princípios que formam um verdadeiro homem.

## AGRADECIMENTOS

Ao professor Reynaldo Campanatti pela valorosa orientação.

A minha futura noiva e esposa Isadora Souza de Oliveira pelo apoio ao longo dos escritos.

Ao grande filósofo, professor e jornalista Olavo de Carvalho responsável por introduzir as luzes do conhecimento e abrir as portas ao verdadeiro ensino superior para minha pessoa por meio do seu curso de filosofia.

Ao amigo Jônatas Alves do curso de filosofia do Seminário de Filosofia do professor Olavo de Carvalho, ele quem me sugeriu abordar o tema do empresário na Escola Austríaca de Economia.

E por fim, não por um grau de importância menor, muito pelo contrário, os meus agradecimentos ao Instituto Mises Brasil por seu grande empenho na publicação de registros sobre a Escola Austríaca de Economia e ao professor Ubiratan Jorge Iorio que é sem dúvida um dos maiores propagadores da Economia Austríaca no meio acadêmico brasileiro e por sua obra magnífica, básica e introdutória sobre a Escola que foi a base deste trabalho e pode ser considerada como leitura obrigatória para os iniciantes na mesma.



*n nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti. Amen. Actiones nostras, quæsumus, Domine, aspirando præveni et adiuuando prosequere, ut cuncta nostra oratio et operatio a te semper incipiat, et per te coepta finiatur. Per eundem Christum Dominum nostrum. Amen. Sancta Maria, Mater Dei, ora pro nobis. In nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti. Amen.*

A economia só será viável se for humana, para o homem e pelo homem.

Beato Papa João Paulo II

Karol Wojtyła

(1920 – 2005)

## RESUMO

O trabalho aqui elaborado tem por fim apresentar ao leitor uma visão clara sobre o que seria a atividade empresarial entendida pelos economistas austríacos, para isso está presente nos escritos que se seguem, todo o aparato teórico do corpo de conhecimento austríaco. O esforço é aplicado para esboçar de forma simples as bases da Escola Austríaca de Economia com as suas características e o que os austríacos dizem sobre tais pontos, passando também pelos elementos considerados propagadores da escola para desembocar na economia austríaca propriamente dita e sua influência nos mais diversos campos econômicos. Toda uma linha para chegarmos ao núcleo do trabalho que será a atividade empresarial, presente desde o início mas mais especificada no final, assim como a tríade básica da Escola está mais firmemente no início mas deixa o seu rastro em todos os capítulos. As conclusões ficam a cargo de apresentar os resultados mais expressivos, tais como a verdadeira natureza da atividade empresarial e a sua relação na sociedade, mantendo a nitidez sobre o real valor do empresário para o processo de evolução de um país.

Palavras-chave: Economia; Escola Austríaca de Economia, Livre mercado; Empresário; Empreendedorismo.

## ABSTRACT

The accomplished work aims to present to the reader a clear understanding on what would be the business activity in agreement with the Austrian economists' thought. This way, the following writings present the whole theoretical apparatus of the Austrian knowledge. The effort is applied to sketch on a simple way the bases of the Austrian School of Economy and its characteristics as well as what the Austrians think of these points. Next, the study goes over the elements considered propagators of this School and then it flows into the Austrian economy and its influence on the most several economical fields. An entire line to achieve the nucleus of the work which is the business activity is present since the beginning of the study, but more specified at the end of it, likewise the basic triad of the School is more firmly at the beginning, but has its trace in all chapters. The conclusions are in charge of presenting the most meaningful results, such as the true nature of the business activity and its relationship in the society, keeping the clearness on the real value of the entrepreneur for the development process of a country.

Keywords: Economy; Austrian School of Economics; Free Market; Entrepreneur; Entrepreneurship.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1 – A tríade básica ou núcleo fundamental .....</b>	<b>31</b>
<b>Figura 2 – Dois tipos diferentes de conhecimento .....</b>	<b>39</b>
<b>Figura 3 – Os cones austríacos .....</b>	<b>51</b>
<b>Figura 4 – A mosca de alvo bawerkiana e os triângulos hayekianos .....</b>	<b>55</b>

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2. O EMPRESÁRIO.....</b>	<b>15</b>
2.1 GOVERNO LIMITADO .....	23
2.2 DIREITO DE PROPRIEDADE .....	24
2.3 LEIS .....	25
2.4 ECONOMIA DE MERCADO.....	26
<b>3. A ESCOLA AUSTRÍACA DE ECONOMIA: AÇÃO, TEMPO E CONHECIMENTO .....</b>	<b>29</b>
3.1 A ESCOLA AUSTRÍACA DE ECONOMIA .....	29
3.2 AÇÃO, TEMPO E CONHECIMENTO.....	31
3.3 AÇÃO.....	32
3.4 TEMPO .....	34
3.5 CONHECIMENTO .....	37
<b>4. AS VARIÁVEIS DE PROPAGAÇÃO COM SUAS IMPLICAÇÕES NA ECONOMIA.....</b>	<b>41</b>
4.1 UTILIDADE MARGINAL .....	41
4.2 SUBJETIVISMO .....	44
4.3 ORDENS ESPONTÂNEAS .....	47
<b>5. A INTERSECÇÃO ENTRE ECONOMIA E EMPRESÁRIO .....</b>	<b>50</b>
5.1 PROCESSO DE MERCADO E A FUNÇÃO EMPRESARIAL .....	50
5.2 DEBATE SOBRE O CÁLCULO ECONÔMICO .....	52
5.3 TEORIA MONETÁRIA E TEORIA DO CAPITAL.....	53

5.4	TEORIA AUSTRÍACA DOS CICLOS ECONÔMICOS .....	56
5.5	CONHECIMENTO, ALERTA EMPRESARIAL E TOMADA DE DECISÃO ...	59
5.6	A COMPETIÇÃO E A SOBERANIA DO CONSUMIDOR.....	60
5.7	LUCROS EMPRESARIAIS.....	62
5.8	A COORDENAÇÃO PELO ELEMENTO EMPRESARIAL .....	63
<b>6.</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>66</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>68</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O trabalho aqui desenvolvido é fruto de um estudo sobre os fundamentos gerais da Escola Austríaca de Economia, podendo o leitor, formar uma pequena visão do que hoje é a Escola de Economia que mais cresce no *mainstream* por sua credibilidade nos resultados. Os economistas austríacos tem como base teórica a ação, tempo e conhecimento, traduzido em linhas simples, um homem agindo em determinado tempo heterogêneo e com um conhecimento limitado do assunto. Partindo desse tripé a Escola Austríaca nasce e o nosso trabalho se desenvolve sobre ele até chegar à figura do empresário e a sua função segundo ela determina.

Com o presente trabalho de conclusão de curso pretende-se analisar de forma clara e sucinta a verdadeira essência do pensamento econômico, que faz gerar riquezas e bens sociais e pessoais para quem o segue. Será traçado o panorama de função empresarial e empreendedorismo definido pela Escola Austríaca de Economia. Por fim, temos o objetivo de alcançar um entendimento profundo sobre os aspectos que compõem a função empresarial e o empreendedorismo, sob a ótica de diferentes autores da escola de pensamento econômico austríaco.

O que justifica explorar este tema está na ênfase que daremos a má posição do governo quando falamos de economia e iniciativa privada, o aprofundamento, estudo e aplicação da Economia Austríaca prova ser a única saída de bom senso para resultados eficazes. Com a proliferação do empreendedorismo na sociedade, geramos riquezas, mas a mão do governo no mercado gera atrasos. O ponto de partida para um mercado forte e competitivo está focado no empreendedorismo e na visão da Escola Austríaca de Economia.

Poderemos ver nos capítulos que se seguem a construção do edifício teórico austríaco, a delimitação tornou-se clara para o leitor pois é levado em conta um modelo didático para explanação da Escola Austríaca de Economia, o empresário é posto as claras assim do modo como a maioria sociedade brasileira o vê nos dias atuais mas para o exercício da atividade empresarial é necessário algumas

prerrogativas que se afirmam como corolários intocáveis para a perfeita coordenação espontânea que se dará no mercado.

A Escola Austríaca de Economia, assim como foi surgindo-a, desde as mais remotas ligações com os escritos antigos que datam da época escolástica até os dias atuais faz-se mister para compreender o papel do empresário, assim como os seus canais que irão desembocar no campo econômico; para então, retomarmos o assunto inicial e exemplificar as nuances da economia do mundo real, não podendo abarcar todas, é óbvio mas sim as que mais refletem importância para o processo de mercado e a atividade empresarial.

## 2. O EMPRESÁRIO

Quem seria o empresário de hoje em âmbito nacional? Para responder esta questão que parece tão simples como dois mais dois é quatro, devemos primeiro analisá-la a fundo levando em conta o indivíduo e não cair na mazela das generalizações que tanto mal traz ao ato de compreender a situação presente. Para muitos, e digo muitos explicitando a grande parte dos frequentadores da academia, o empresário não passa de um explorador do capital levando a sociedade ao buraco, divirjo dessa opinião, a mente socialista de tempos presentes, planejada e incorporada pelos engenheiros sociais, destorce a realidade e coloca o grande facilitador para a riqueza alheia no posto contrário, o empresário toma o lugar de carrasco atroz. A partir deste ponto temos a grande virada rumo ao fracasso, aquele a quem devemos torna-se num passe de mágica aquele a quem nos deve; repito, a mente revolucionária faz em pedaços a realidade, entra na academia e permeia o meio social, difícil será achar quem não concorde quando lhe vem a questão de que o empresário é o rico explorador e o trabalhador um menino pobre e inofensivo, uma visão fechada como essa leva-nos a conclusões erradas a cerca do mercado, fazendo assim colaborar para o acirramento da luta de classes tanto desejada pelos socialistas. Cito Iorio (2011 p. 85):

Sem dúvida, este é o caso da afirmação falaciosa de que a pobreza de X é explicada exclusivamente pela riqueza de Y (X e Y podendo ser indivíduos, regiões, países, gêneros sexuais, minorias, maiorias ou raças). Embora tal asserção não seja capaz de resistir a dois minutos de lógica, de tanto ser alardeada acabou-se transformando em um dos símbolos místicos das esquerdas em todo o Ocidente, especialmente nos países pobres.

O fato exclusivo de cada ação é quem vai determinar a riqueza ou pobreza do agente, não é pertinente dizer que se X tem 1 e Y tem 0, Y é pobre pela riqueza de X, ou melhor dizendo, a riqueza de X influencia negativamente a pobreza de Y; o

que acontece é que os meios de X são mais eficazes. A infelicidade do segundo é decorrente de suas más escolhas, propostas ruins, caminhos errados, baixo nível de conhecimento ou outros e mais inúmeros fatores incluindo talvez até físicos e limitadores como saúde.

O empresário antes de tudo, luta contra a pressão do meio social que leva-o na maioria das situações a abdicar-se da atividade empresarial, tal é a aversão tremenda que lhe é confrontada na sociedade. As ações de repulsa levam o sujeito a desistir da empreitada e seguindo o seu caminho ele irá buscar refugio no colo estatal, a manobra revolucionária foi executada com êxito, daí deriva um homem dependente do dinheiro do estado, ou seja, dos contribuintes; a iniciativa privada perde a sua força no âmago que deveria florescer, a sociedade. Uma breve visão do que se passa no caminho dos empresários brasileiros segundo Garcia (2002 s. p.):

O empresário é um desprezível explorador do trabalho alheio, cuja cupidez só é contida pela benevolente intelectuária fabiana munida dos poderes coercitivos estatais, sempre pronta a "proteger" os trabalhadores com leis "sociais" que inevitavelmente geram desemprego, subemprego e baixos salários para os "protegidos". Ademais, sua busca inescrupulosa por lucros ameaça destruir o planeta, mercê da degradação do meio-ambiente.

Por intelectuária fabiana entende-se a sociedade fabiana na Inglaterra, que pregava o socialismo sem revoluções do proletariado mas sim a luta no campo cultural. O estado entra para desempenhar o papel que lhe foi usurpado, torna o pobre empresário de outrora em seu "filho prodigo", e então ele irá usufruir das pequenas regalias que lhe são oferecidas em troca da sua liberdade individual de agir no mercado. Uma manobra perfeita que esconde os erros e passa uma visão de que o estado e a sociedade medíocre estavam certos: o empresário não tem vez; abusa do dinheiro para explorar o trabalhador e aqui estamos nós, para aliviar as dores que ele causa.

Ademais, grande culpa da intromissão do estado na economia e no empreendedorismo também provém dos empresários. Com a palavra o grande filósofo Carvalho (2005 s. p.):

O vício estatista e coletivista é muito antigo e pertinaz, a intromissão do Estado na economia é muito vasta e profunda para que se possa simplesmente parar tudo de uma hora para a outra e meditar sobre o fracasso da experiência. Nem se pode designar com esse nome o que já se tornou um estilo de vida, uma cosmovisão, uma religião, um imperativo categórico investido de fatalidade quase cósmica: um empresário brasileiro sem subsídio estatal se sente tão desamparado quanto um inglês sem guarda-chuva, um russo sem vodka ou um italiano sem mãe.

Hoje a posse do ideário empreendedor quem fornece é o estado, isto é uma forma totalmente desviada da experiência normal que os avanços econômicos nos mostram, o empresário não deveria depender do estado onisciente para fiscalizá-lo a ferro e fogo, tributá-lo da maneira mais abusiva e outros tantos meios que usa para amolecer a massa empresarial e fazer dela o que bem entender. A armadilha em que a sociedade caiu já vinha sendo planejada há tempos, pelo enfraquecimento da sociedade pelas obras de cunho marxista que visam derruba-la dos pilares ocidentais, a saber: moral judaico-cristã, direito romano e a filosofia grega. Depois das três colunas em farrapos é fácil tomar o imaginário popular, e aí estão os empresários; fracos e sem reação perante o aparato estatal. Caro leitor, a única forma de levantar estas colunas está precisamente em formar uma nova classe intelectual séria e verdadeira capaz de derrubar os ideólogos que destruíram as nossas colunas de sustentação. O empresário deve desempenhar papel principal no que diz respeito ao livre-mercado e nada mais, sua esfera é essa.

Os benefícios da atividade empresarial exercida de maneira livre em um mercado sem intervenções são muitos. O maior gerador de riquezas de um país é o empresário, aquele quem vai criar uma organização e ali empregar o povo, por mais que queiram ou não, é na iniciativa privada onde está a maioria dos empregos, ali mora quem faz uma nação respirar e se tornar uma economia de primeiro mundo.

Com suas ações dentro do mercado ajudam a facilitar a vida de seus consumidores, tantos são os exemplos em que somente a atividade empresarial salvou muitas vidas com o empreendimento de novos remédios para curas de doenças desconhecidas, vale ressaltar que tais empresários desconheciam de início a área farmacêutica, mas a limitação do conhecimento como dizem os austríacos não desestimularam a sua ação, muito pelo contrario conseguiram superar por meio de informações os seus déficits de conhecimento e aplicar os meios necessários para produção da nova droga que tinham descoberto. A visão monocromática dos socialistas descarta tais opiniões e cria um ser invisível que é explorado pelo capitalista, é falsa a devida premissa e já esta explicitada no início do capítulo.

A formação de riqueza e aporte ao consumidor para realizar um salto em seu conforto, é também somente creditada ao “empresário explorador capitalista”, ele que com os seus meios escassos, conhecimento limitado e poupança faz todo esse procedimento para gerar riqueza para os assalariados, nação e eles próprios a quem devem um credito maior e com merecido mérito, pois foi retirado dele o esforço inicial e capital para tal empreitada. Mas também é de fato necessário um grande crédito para os consumidores, os quais não tem lugar na economia socialista, afirma Mises (2010 p. 16): “Os empresários e capitalistas devem sua fortuna às pessoas que, enquanto fregueses, sustentam os seus negócios.” O grande mestre da escola austríaca de economia mostra-nos o valor do consumidor no mercado, sem eles não teria sentido toda a atividade empresarial. Levando em conta as cargas tributarias e a verdadeira exploração que exercida pelos sindicatos, os empresários brasileiros mais especificamente os pequenos e médios devem ser considerados heróis pela sua capacidade de ainda conseguir manter sua empresa na legalidade sem serem esmagados pela mão do estado. O papel de maior destaque e que faz girar a roda econômica da nação por mais estranho que possa parecer é tratado como escravo, afirma Iorio (2011 p. 87):

Uma vez aberta a sua empresa, os corvos da tributação excessiva e complexa, os urubus do excesso de regulamentações e da burocracia e as demais aves de mau agouro dos encargos trabalhistas começam

imediatamente a sobrevoar a área. E se o herói cansar-se e resolver fechar a empresa, só o conseguira ao cabo de, em média, 10 anos!

A situação pelo contrario para alguns dos grandes empresários é diferente, com a ajuda do governo formam o seu monopólio, retém grandes benefícios na área onde seu *market share* esmaga os pequenos empreendedores, afinal a maior parte dos empregos gerados no país é alçada pelos pequenos enquanto os grandes abrigam em seu RH poucos funcionários em comparação com os milhares de funcionários que o país tem. Através de parcerias com o governo é formado o monopólio. No mercado sem interferência do estado as empresas vão se ajustando automaticamente, diferente de quando o estado usa de seus poderes, dos quais as empresas não têm, por exemplo, o processo de aquisição de pequenas empresas por grandes empresas, nesta esfera o mercado não dá chances para o menor empreendedor.

O consumidor desempenha uma atitude de eximia importância para o mercado e para os empresários, como já foi dito, sem eles a atividade empresarial não faria sentido, pois bem, o consumidor é quem “dita às regras” para o empresário, é ele quem determina a qualidade que um produto deve ter para pelo menos ser aceito. O empresário deve estar atento para essas informações que não estão catalogadas em um livro mas sim dispersas na sociedade e no ambiente em torno, a “grande mágica” do empresário consiste em fazer um produto que seja bom, barato e atenda os requisitos do cliente, acertando nesta etapa já seria um grande passo para o sucesso do produto. Muitos empresários não conseguem entender esta premissa do consumidor e acabam afetando o seu lucro, pois estará perdendo seus clientes, até o dono de uma pequena mercearia no interior consegue entender esta lógica; desde muito tempo já é vista esta questão, segundo a qual remete sobre uma atenção cuidadosa para com o consumidor, o empresário da pequena mercearia vende de forma mais barata para o seu cliente pois sabe que se vender caro não irá conseguir mais consumidores, e compra mais barato de seus fornecedores pois sabe que assim pode obter lucro e efetua esta ligação, ele obtém um nível maior em sua satisfação e o consumidor, por sua vez, também está feliz com as compras e sabe

que conseguiu efetuar uma compra com condições que não seriam encontradas em outro comércio, aumentando também o seu grau de satisfação; no final não houve uma exploração no preço e as duas partes saíram ganhando.

Todo o papel do empresário na sociedade é dito como benéfico, observando é claro a legalidade e não intervenção do estado para sua ajuda no desenrolar de sua ação. Afirma Iorio (2011 p. 93):

Voltemos ao exemplo do primeiro capítulo, em que João pretende alcançar um fim  $F_j$ , para o qual precisa utilizar um meio,  $M_j$ , que ele não possui e que, além disso, não sabe como obter e que Maria pretenda alcançar um fim  $F_m$ , diferente de  $F_j$  e que tem à sua disposição o meio  $M_j$ , que é útil para João, mas que não tem utilidade para ela. Além disso, Maria não sabe que esse meio é importante para João e pretende utilizá-lo. Suponhamos agora que o fim de João seja o de abrir uma oficina de mecânica de automóveis em uma determinada rua de bairro, que o meio de que necessite seja um terreno e que só lhe tem causado custos com as taxas e impostos escorchantes que o município lhe impõe. Maria e João não se conhecem, mais eis que surge José que, conhecendo os desejos de ambos, percebe uma boa oportunidade de ganho se comprar o terreno de Maria, por digamos, R\$ 80.000 (valor que ele possui em uma conta poupança) e revendê-lo para João por um valor maior. Suponhamos que Maria venda o terreno para José por aquele valor e que José consiga revendê-lo para João por R\$ 100.000. Admitamos, por fim, que João, de posse do terreno, abra a sua oficina e, com isso, dê emprego para cinco pessoas que se encontravam desempregadas.

O exemplo magnífico do professor Iorio é muito esclarecedor sobre o benefício do empresário para a sociedade, o sujeito observou uma oportunidade de lucro, efetuou ações para que ela acontecesse e aí obteve o seu fim desejado que foi de R\$ 20.000, vemos também a porção de desempregados que foram ajudados com a nova proposta de emprego e sem contar o grau de satisfação de João e Maria por verem os seus objetivos de um conforto maior alcançados. São em situações como a exposta acima na qual vemos toda a influência benéfica do efeito empreendedor na sociedade. Poderia muito bem o estado tentar oferecer a João condições para que ele não abrisse a oficina, um “prêmio” por ele ter sete filhos na escola e para Maria um desconto nos impostos, mas no caso o grau de satisfação de João e Maria

não teriam sido os mesmos e a inibição de lucro de José teria ocorrido, por mais que o estado venha com os seus programas não conseguiria substituir o emprego para cinco desempregados que ajudariam as suas famílias por meio do trabalho e não por programas governamentais que só inibem os benefícios que a atividade empresarial pode oferecer.

O resultado de tal empreendimento teve suas consequências surpreendentes, como nos diz Iorio (2011 p. 94):

A ação empresarial de José produziu vários efeitos: criou nova informação; transmitiu essa informação ao mercado; coordenou os planos de João com os de Maria; deu emprego para cinco mecânicos; beneficiou suas famílias; e aumentou a competição no setor de mecânica de automóveis, por que criou mais uma empresa e, portanto, beneficiou também os proprietários de carros.

Os efeitos citados nem de perto podem ser substituídos pelo poder estatal com as suas políticas públicas, medidas tributárias e manifestação de contrariedade ao empresariado, o processo de competição que foi acirrado pela abertura de uma nova oficina com certeza irá aumentar, pois outros irão atrás deste novo negócio, assim mais e mais empregos serão abertos aos desempregados. O papel correto do estado seria a não intervenção no processo e sim uma queda no nível de impostos para facilitar o comércio ao contrário de se elevar as taxas.

Toda esta história não poderia ser contada sem a presença real do empresário, aquele quem empreendeu tal ação e conseguiu beneficiar toda uma cadeia de pessoas. Mas para isso ele teve uma ideia, vislumbrou uma oportunidade de lucro e aplicou os seus meios para tentar alcançar o fim desejado, assumiu riscos e é merecido o seu lucro.

As condições que o governo brasileiro sede para a manifestação de novos empreendedores faz com que seja assustador se quiserem agir no mercado, mas contrariando todos estes pontos ainda temos no Brasil aquele pequeno

empreendedor que luta a ferro e fogo para estabelecer e firmar o seu negócio. A maioria das empresas brasileiras que são abertas no incrível período de um, fecham as portas. Esclarecendo-nos mais uma vez quanto a este assunto, Iorio (2011 p. 94):

O empreendedorismo brota do espírito criativo dos indivíduos, que os leva a assumir riscos para criar mais riqueza, o que o faz depender, para que possa florescer, de quatro atributos: de um governo limitado, do respeito aos direitos de propriedade, de leis boas e estáveis e da economia de mercado.

Esses quatro atributos são fundamentais para o florescimento e desenvolvimento da atividade empresarial em um país, onde não são encontrados só vemos um baixo nível de qualidade de vida, baixa renda e menor satisfação das pessoas. O povo brasileiro carece de um maior número de empreendedores na sociedade e só conseguiremos estabelecer uma grande economia se tivermos estes quatro atributos explicitados pelo professor Iorio, assim estaremos no caminho do progresso pois como vemos nos países socialistas, onde não há nenhum destes quatro elementos só é explícito o fracasso e miséria no povo, que não faz parte do governo e não tem influência em suas esferas, para o indivíduo comum é decretada a pobreza até o fim de seus dias.

O país que ouse abolir o mercado (em tese, pois até os socialistas sabem que pelo menos um mercado negro é necessário para manter o governo) irá usufruir de grande pobreza e miséria. A população irá perceber a decadência, sem emprego e sem renda com possibilidade de aumento, a economia irá afundar e só os senhores do partido irão desfrutar de uma bela vida. Os empresários seriam presos por cometerem o grande crime de comercializar um pé de alface.

Consiste e é dever da classe empresarial lutar por uma menor carga tributária e pela não intervenção do estado na economia com as suas políticas. Vale incentivar as boas práticas e o livre mercado onde a atividade empresarial irá alavancar o desenvolvimento econômico do país. As práticas de criatividade dos pequenos

empresários devem encontrar um terreno hábil para a sua proliferação, só desta maneira o setor e os empregos irão aumentar, o incentivo para tal ação deve ser exercitada e principalmente a mudança no imaginário popular de que os empresários não são opressores e exploradores mas sim o grande gerador de riquezas do país, aquele que irá oferecer o maior número de empregos e irá desenvolver a competitividade melhorando assim o estado de vida financeiro dos compradores pois estes terão mais oportunidades de comprar com preços mais baixos e assim poder poupar o seu dinheiro e gastá-lo nas mais diversas áreas do mercado, ou quem sabe, também abrir o seu negócio e ali atuar gerando mais riquezas. A questão toda pode ser resumida em fomentar a atividade empresarial pois assim as riquezas gerarão mais riquezas. O erro é previsto pela intervenção que poderia acabar com o fim desejado do empresário fazendo diminuir a geração de riquezas e desenvolvimento da nação. Enquanto o país estiver determinado e batendo na tecla da carga tributária e intervenções, ele não crescerá perante os cidadãos e somente para os grandes empresários monopolistas apoiados pelo governo.

Um campo fértil para crescer a atividade empresarial, está embasado naqueles quatro atributos citados anteriormente: governo limitado, direito de propriedade, leis boas e estáveis e economia de mercado. Vou explicitar um pouco mais sobre eles para que assim, o leitor possa entender a pavimentação que o caminho exige e por fim obter maior clareza.

## 2.1 GOVERNO LIMITADO

Um governo com o poder mínimo sobre a economia de um país, sem intervenções diretas ou indiretas.

Acerca do intervencionismo nos afirma Mises (2009 p. 47):

Que é o intervencionismo? O intervencionismo significa a não restrição, por parte do governo, de sua atividade, em relação à preservação da ordem, ou – como se costumava dizer cem anos atrás – em relação à “produção da segurança”. O intervencionismo revela um governo desejoso de fazer mais. Desejoso de interferir nos fenômenos de mercado.

Cabe ao governo de um país garantir somente o que é dever dele, tais como a proteção da nação e não a intervenção na economia para mudar os preços, aumentar salários e ainda por cima aumentar os tributos fazendo com que o empresário gaste boa parte do seu tempo no tratamento da carga tributária.

Aqui no tópico sobre o governo limitado o que mais chama atenção sobre esse fato é justamente o quesito: intervencionismo (bem explicado acima); as influências diretas de um grande estado sobre as relações individuais são deveras maléfica, tais como, imposição de preços para determinados produtos, impostos sobre compra e venda de produtos, obrigação de trabalhar para o governo para pagar seus impostos e tudo o mais que o governo nos impõe e que não deve ser desmerecido, caso contrário atentaremos contra o leviatã de Thomas Hobbes e salve-se quem poder.

## 2.2 DIREITO DE PROPRIEDADE

É fundamental para a economia de livre mercado, garante ao dono de um bem usufruir dele como bem entender, também é de extrema importância para a propriedade privada. Ousar destituir o cidadão do seu direito de propriedade é mantê-lo preso em um regime totalitário de difíceis possibilidades para aplicar a sua criatividade em novos empreendimentos e deles poder desfrutar. Vale ressaltar que qualquer influencia externa forçada que fira o direito de propriedade de um indivíduo, não é aceitável. Quando o estado interfere na relação de venda, por exemplo, de um bem do cidadão, abusando nas taxas que serão impostas para o comprador do bem ele fere o direito de propriedade.

O que vimos acima pode ser tangido em linhas gerais sobre alguns conceitos sobre o direito de propriedade, estando ele assegurado teremos liberdade para agir segundo as nossas vontades, afirma Mazzilli (2010 p. 28):

Para aplicar o direito de propriedade a qualquer relação entre indivíduos é necessário que se tenha as seguintes condições a princípio:

- 1) As partes envolvidas devem reconhecer a validade do direito de propriedade.
- 2) Cada uma das partes envolvidas deve reconhecer o direito de propriedade das outras partes.
- 3) Não devem haver intervenções coercitivas de terceiros.
- 4) Toda a relação em questão deve envolver apenas as partes que dela estão participando.

Todos os princípios supracitados, sem exceção, não são aplicados quando temos uma atividade empresarial na sociedade, vemos a cada dia ao irmos no supermercado as taxas tributárias que pagamos ao governo pelos produtos que estamos adquirindo, o estado interfere de forma forçada na nossa relação de compra e venda. Se o estado já começa por não cumprir o quesito número um (exposto acima), não podemos esperar felizes que ele cumpra os três seguintes.

## 2.3 LEIS

Formada pelos legisladores e que garantem ao individuo sua liberdade e propriedade para poder desempenhar suas ações de modo que elas sejam garantidas em lei que não serão usurpadas pelo poder estatal ou por bandidos. Proteger a economia de interferência, garantir o direito de propriedade, liberdade humana entre outros. Sobre a lei, explica-nos Bastiat (2010 p. 11):

Cada um de nós tem o direito natural, recebido de Deus, de defender sua própria pessoa, sua liberdade, sua propriedade. Estes são os três elementos básicos da vida, que se complementam e não podem ser compreendidos um sem o outro. E o que são nossas faculdades senão um prolongamento de nossa individualidade? E o que é a propriedade senão uma extensão de nossas faculdades?

A defesa pessoal, a liberdade e a propriedade devem ser garantidas pela lei e que de modo algum possam ser violados por qualquer indivíduo ou instituição, se por acaso isso ocorrer, deve ser punido o infrator. Uma sociedade sem tais princípios não garante um terreno fértil para o plantio de empreendimentos que geram crescimento econômico, eis uma receita básica afirmada por Bastiat.

## 2.4 ECONOMIA DE MERCADO

A economia de livre mercado irá fornecer a liberdade para o agente desempenhar as suas ações como bem queira e aplicar os seus devidos recursos levando em conta os meios de que possui, para melhor alavancar o seu negócio e sem necessidade de se preocupar com a execução de barreiras impostas para o seu funcionamento. Um dos grandes erros em uma economia que não seja de livre mercado é o enlaçamento das empresas com o governo, sobre isso nos explica Woods (2010 s.p.):

O motivo pelo qual as empresas sempre se mostraram ávidas por utilizar o poder estatal em seu próprio interesse é que a coerção solidifica sua posição de maneira muito mais efetiva do que o livre mercado, o único sistema em que são os consumidores que controlam os empresários. No livre mercado, essas empresas têm de servir o consumidor de maneira eficaz - caso contrário, elas fecham as portas. Mesmo as corporações mais poderosas já aprenderam essa lição. Quando uma empresa fracassa em servir bem o consumidor, o mercado a leva à lona. É por isso que várias delas recorrem ao governo para socorrê-las.

Ele nos alerta sobre um fator de grande importância no livre mercado, em uma economia tomada por monopólios estatais e monopólios criados em parceria com o governo, o consumidor não terá forças, por mais que seus serviços e produtos sejam de péssima qualidade e com preços elevados nunca irão decair no mercado. Na economia de mercado a história seria outra pois o consumidor teria a possibilidade de desbancar um produto ou serviço se ele achar que não está satisfazendo as suas objeções e assim as empresas lutariam para melhorar a qualidade fazendo com que aumentem a competitividade e abaxiem os preços, é um grande trunfo da economia de mercado que não vemos em uma economia apoiada pelo governo. Há também os monopólios que são aceitos de forma totalmente legal perante a sociedade e que não afetaria o processo de competitividade, afirma nos Kirzner (1986 p. 133):

O monopólio, então, num mercado livre de obstáculos governamentais à entrada, significa para nós a posição de um produtor cujo controle exclusivo sobre insumos necessários bloqueia a entrada de competidores na produção de seus produtos. O monopólio, assim, *não* se refere à posição de um produtor que, sem qualquer controle sobre recursos, acha-se como o único produtor de um determinado produto. Esse produtor está inteiramente sujeito ao processo competitivo de mercado, já que outros empresários estão inteiramente livres para competir com ele.

Como vemos acima este monopólio seria de fato aceito, pois não atentaria para um governo criando regulamentações sobre empresas que estariam para entrar no mercado, o produtor no exemplo acima, tem o monopólio mas isto não garante a ele que se não praticar os serviços com a melhor qualidade e no melhor preço, outra empresa entraria no mercado; assim esta praticaria melhores serviços, com maior qualidade e um preço abaixo do seu. Como foi exposto, este empresário monopolista não deveria cair na mazela de relaxar o seu processo produtivo pois em um momento ou outro, um empresário em estado de alerta poderia tomar o seu lugar. Mas caso o governo criasse para um setor, algumas categorias de regulamentações e burocracias extensas afetaria o processo competitivo pois imporia uma barreira na entrada de empreendedores em potencial.

Estas são as bases sólidas que devem fundamentar e estar presentes para o empresário, só aí ele terá a oportunidade de criar e não ser manipulado e terá a liberdade de agir, que forma um verdadeiro empreendedor. O empresário deve levar em conta também as bases da Escola Austríaca de Economia, são elas: a ação, o tempo e o conhecimento. Erigidas sobre esse tripé que nos explica tão bem o professor Ubiratan Iorio, nós iremos explorá-las no segundo capítulo, pois todo o livre mercado, governo limitado, boas leis e estáveis e o direito de propriedade fazem parte dos princípios da Escola Austríaca de Economia e o empresário desempenha função sem igual, ele quem irá impulsionar o mercado, mas é claro, sobre o tripé.

### 3. A ESCOLA AUSTRIACA DE ECONOMIA: AÇÃO, TEMPO E CONHECIMENTO

#### 3.1 A ESCOLA AUSTRIACA DE ECONOMIA

Sua raiz mais forte nasceu em Viena, Áustria, na segunda metade do século XIX, mais precisamente em 1871 com Carl Menger, após a publicação do seu tratado Princípios de Economia Política. Como disse, a raiz mais forte nasceu em Viena mas já tínhamos o terreno preparado para a semente brotar. No século XVI e XVII os escolásticos espanhóis, já tinham lançado as bases que seriam usadas posteriormente na Escola Austríaca de Economia, lições como teoria subjetiva do valor, natureza dinâmica do mercado e entre outras já estavam em circulação naquele meio. Após os escolásticos lançarem as bases, veio aquele quem escreveu o primeiro tratado sobre economia, foi Richard Cantillon, com a obra Ensaio sobre a natureza do comércio em geral, em 1730. Seguindo a linha, temos Anne Robert Jacques Turgot, um aristocrata francês, os frutos dele foram seguidos pelos escritores: Jean Baptiste Say e Claude Frederic Bastiat. Após este início com Cantillon, Turgot, Say e Bastiat, eis que surge Carl Menger para dissertar sobre economia, em sua obra Princípios de Economia Política, onde vemos surgir com grande força alguns dos elementos principais da Escola Austríaca de Economia, são eles o subjetivismo e a utilidade marginal. Para entendermos melhor o subjetivismo e trilhar o caminho para o seu conhecimento, quem dará as pistas será Huerta de Soto (2010, p. 59):

Estes princípios seriam, essencialmente, o desenvolvimento de uma ciência econômica baseada no ser humano considerado como ator criativo e protagonista de todos os processos e eventos sociais (Subjetivismo), assim como a elaboração, com base no Subjetivismo, e pela primeira vez na história do pensamento econômico, de toda uma teoria formal sobre o aparecimento espontâneo e evolução de todas as instituições sociais (econômicas, jurídicas e lingüísticas) entendidas como esquemas pautados de comportamento.

O subjetivismo, portanto, é definido como o ser humano real agindo na economia, age com criatividade na frente de todos os processos sociais. Quem mais falou sobre o tema foi Ludwig von Mises, um dos maiores economistas da Escola Austríaca e lhe é creditado um grande valor, baseando-se na praxeologia ele criou a sua *magnum opus* Ação Humana. Quanto a utilidade marginal, podemos entender como sendo: quanto mais bens você possui, menor será o valor que você dará para mais um que obter. Outro grande economista surge, Eugen von Böhm-Bawerk, ele baseia-se nos escritos de Menger e formula mais trabalhos para a recente Escola Austríaca de Economia, escreve sobre valor, preço, capital e juros; aqui em Bawerk temos um dos grandes feitos da Escola que é a sua teoria do capital, desprezada por Lord Keynes e que sem ela cairia um dos pilares da teoria econômica austríaca. Um de seus contemporâneos, o grande Ludwig von Mises aparece em cena e pra explorar um tema não desenvolvido por Bawerk, afirma Rockwell (2008 s.p.):

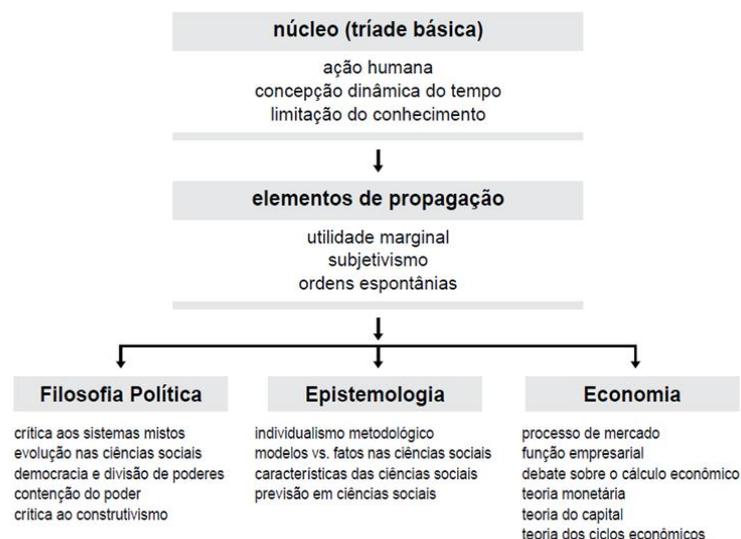
Mas houve uma área das análises de Menger sobre a qual Böhm-Bawerk não trabalhou: dinheiro, a intercessão institucional entre a abordagem "micro" e a "macro". Um jovem Mises, então conselheiro econômico da Câmara Austríaca do Comércio, aceitou o desafio. O resultado das pesquisas de Mises foi *The Theory of Money and Credit* (A Teoria da Moeda e do Crédito), publicado em 1912.

Mises ganhou prestígio com os seus escritos sobre teoria monetária. Derrubou as bases da economia socialista com o seu ensaio Socialismo, em 1921. Hayek foi atraído por Mises e logo engrossou o coro da Escola Austríaca. O ano de 1949 marca o surgimento de uma grande obra de economia, talvez a maior já escrita sobre o assunto, Mises titula-a como Ação Humana, afirma Rockwell (2008 s.p.): “O surgimento desse trabalho foi o ponto crucial de toda a história da Escola Austríaca, e permanece como o tratado econômico que define a Escola”. Um de seus alunos em seus seminários em New York, logo após se mudar para lá durante a 2ª Guerra Mundial, foi Murray Rothbard, rendeu bons frutos com os seus escritos para a Escola, além do mais foi um dos responsáveis por firmar a Escola Austríaca de

Economia nos Estados Unidos da América. Hoje temos o Instituto Ludwig von Mises, fundado em 1982 e trabalha com a disseminação da Escola na América e no mundo, envolvendo edição de livros, seminários, conferências, aporte às monografias e afins.

### 3.2 AÇÃO, TEMPO E CONHECIMENTO

Os três termos mais pertinentes da Escola Austríaca são desenvolvidos de forma magistral pelo professor Ubiratan Jorge Iorio, nosso contemporâneo, é associado do Instituto Mises Brasil e ministra aulas de economia na UERJ. Na sua mais recente obra intitulada, *Ação, Tempo e Conhecimento: a Escola Austríaca de Economia*, ele nos mostra claramente os princípios básicos da Escola, formula o termo tríade básica que nos faz entender de forma simples o âmago da Escola Austríaca de Economia. A tríade é formada por ação, tempo e conhecimento, daí deriva os elementos de propagação e por fim os frutos dar-se-ão mais abundantes na filosofia política, epistemologia e economia. Afirmando o que acima foi dito, esclarece-nos Iorio (2011 p. 17): “Esses três elementos formam o seu núcleo fundamental e se transmitem por meio de seus elementos de propagação para os diversos campos do conhecimento humano.” O âmago do trabalho pode ser resumido aqui:



**Figura 1 – A tríade básica ou núcleo fundamental (In: IORIO, 2011, p. 17)**

Irei expor a seguir a tríade básica para no próximo capítulo, analisar os elementos de propagação com a sua implicação na área econômica.

### 3.3 AÇÃO

O ato de agir do ser humano real na esfera da realidade é levado em conta na Escola Austríaca. A questão da ação é abordada de forma mais específica na praxeologia, ciência da ação humana; Mises abordou o tema de tal maneira, que sua obra *Ação Humana* é considerada uma premissa para os estudos econômicos da Escola Austríaca. Iorio (2011 p. 18):

Ação, para a Escola Austríaca, significa qualquer ato voluntário, qualquer escolha feita deliberadamente com vistas a se passar de um estado de menos satisfatório para outro, considerando mais satisfatório no momento da escolha. A praxeologia é a ciência geral que se dedica ao estudo da ação humana, considerando todas as suas implicações formais.

Agimos para conseguir algo a mais em nossas vidas, não sendo assim ninguém pensaria em agir para mudar de situação, como por exemplo, um executivo que implanta um projeto de reformulação da segurança da informação em sua empresa, para aí conseguir um melhor resultado frente às vulnerabilidades que hoje afeta seu sistema ou até mesmo a dona de casa que opta por economizar uma certa quantia de dinheiro para aí no futuro comprar um novo sofá para a sala de sua casa. São esses pequenos ou grandes esforços da ação que nos faz mover para um estado de maior satisfação.

Este princípio da ação é tão claro, simples e fácil de observar; desde o início dos tempos a humanidade age desta forma. Afirma Iorio (2011 p.18):

Portanto, a ciência econômica construída com base na praxeologia é, por corolário, universal. Não há teorias econômicas específicas ou particulares para cada país ou região, mas uma teoria econômica epistemologicamente correta, que é a que se monta peça por peça a partir da observação e do estudo sistemático da ação.

Só a partir do momento em que entendemos esse axioma é que poderemos caminhar seguros nas veredas da economia, não há no geral, economias e métodos econômicos para cada país e sim somente uma, que se baseia na ação humana, nela que vemos a realidade econômica assim como é.

A ação é o princípio fundamental que dará origem a economia, sem esse princípio não conseguiremos nos guiar perante o mundo econômico e só estaríamos pensando tendo em vista as generalizações pregadas por muitos economistas; atrás de uma nação há empresas e indivíduos, portanto nos afirma Mises (2010 p. 38):

É não apenas *homo sapiens*, mas também *homo agens*. Seres humanos que, por nascimento ou por defeitos adquiridos, são irremediavelmente incapazes de qualquer ação (no estrito senso do termo e não apenas no senso legal), praticamente não são humanos. Embora as leis e a biologia os considerem homens, faltam-lhes a característica essencial do homem. A criança recém-nascida também não é um ser agente. Ainda não percorreu o caminho desde a concepção até o pleno desenvolvimento de suas capacidades. Mas, ao final desta evolução, torna-se um ser agente.

Definir sabiamente o homem como agente é de importância tremenda pois a partir daí saíra os outros dois princípios fundamentais da Escola Austríaca de Economia, em uma economia onde haja equilíbrio não há oportunidade para um agente modificar as coisas, na verdadeira economia em desequilíbrio é o homem quem tem importância, será ele que usará de meios para realizar o crescimento econômico; todas as ações representam o seu efeito, o que não causa nenhum efeito considerável na economia não pode ser considerado agente homem.

Mises no início do capítulo sete (ação no mundo) do seu livro Ação Humana, mostra ao leitor de forma clara o que fundamenta a utilidade marginal, tão apresentada por Carl Menger, sobre as preferências e afinidades do agente humano, Mises nos afirma (2010 p. 155):

O agente homem valora as coisas como meios para diminuir o seu desconforto. Do ângulo das ciências naturais, os diversos eventos que satisfazem às necessidades humanas são vistos de formas bastante diferentes. Para o agente homem, esses eventos são mais ou menos da mesma espécie. Ao avaliar estados de satisfação bem diferentes e os meios para alcançá-los, o homem ordena todas as coisas em uma única escala, qual seja a escala da sua própria satisfação. A satisfação obtida com a alimentação ou com a contemplação de uma obra de arte constitui segundo o juízo do agente homem, uma necessidade mais urgente ou menos urgente; avaliando-as e agindo o homem as ordena segundo uma escala do que é mais intensamente ou menos intensamente desejado. Para o agente homem só existem vários graus de relevância e urgência em relação ao seu próprio bem estar.

A valoração dos objetivos do agente se dá de forma totalmente subjetiva para cada um, é óbvio que a partir disto sai a sua própria escala de valor para determinados fins e os meios que deverão ser utilizados para alcançá-los, o quesito tempo que apresentaremos a seguir desempenha papel principal nas escolhas, o que tem mais valor, tendo em conta a sua escala de valoração será preferivelmente no momento, se por acaso não estiver acessível será transposta como que uma ordem de aguardar, pouparemos então os recursos necessários e usaremos quando for necessário.

### 3.4 TEMPO

O tempo aqui na Escola Austríaca não é levado como faz o establishment econômico, baseando-se em uma linha horizontal onde se faz um recorte como em

um papel, onde se retira um período e emoldura-o tornando estático, a sua principal característica é exatamente o contrário. Sobre o tempo, Iorio (2011 p. 18):

O tempo dinâmico real é irreversível e sua passagem acarreta uma evolução criativa, ou seja, implica alterações imprevisíveis. O conceito de tempo real é fundamental para que se possa entender a natureza da ação humana: agindo, os indivíduos acumulam continuamente novas experiências, o que gera novos conhecimentos, o que, por sua vez, os leva a alterarem frequentemente seus planos e ações.

Vemos aqui como se dá a interação do tempo com a ação, a ação desenrola-se num tempo que é marcado por transformações a todo o momento, é fácil defini-lo como estático e a partir daí profetizar ações que irão ocorrer mas o que acontece é que o tempo não pode ser manipulado em laboratório sobe fórmulas de matemática, o tempo envolve a aplicação de itens novos que modificam as situações no seu decorrer. E nada do que foi feito pode ser repetido como aconteceu, podemos tentar repetir mas algo sempre estará diferenciando-o um do outro. Um dos grandes erros dos economistas de hoje são as previsões e sobre esse assunto nos fala Huerta de Soto (2010 p. 26):

O que vai acontecer amanhã não pode ser cientificamente conhecido hoje, uma vez que depende em grande medida de um conhecimento e de uma informação que ainda não foram gerados empresarialmente e que não podem por isso serem possuídas hoje. Em economia, portanto, apenas podem ser feitas “previsões de tendência” de tipo genérico, que Hayek denomina *pattern predictions*. Estas previsões são de natureza exclusivamente qualitativa e teórica e referem-se à previsão dos desajustes e efeitos de descoordenação social originados pela coação institucional (socialismo e intervencionismo) que se exerce sobre o mercado.

Vale ainda ressaltar a importância da economia do tempo para o ser humano, o tempo é escasso, passa e não volta, a ação executada hoje não terá como ser desfeita amanhã, e cabe ao agente usufruir de maneira mais satisfatória os seus momentos, sobre tal tema nos afirma Mises (2010 p. 136):

Há um fato que precisa ser destacado: economizar tempo é algo distinto de economizar bens e serviços. Mesmo no “país da fantasia”, o homem seria forçado a economizar tempo, a não ser que fosse imortal ou dotado de uma eterna juventude e de uma saúde indestrutível. Embora todos os seus apetites pudessem ser satisfeitos imediatamente, sem qualquer trabalho, o homem teria de ordenar o seu tempo, uma vez que existem satisfações incompatíveis entre si, impossíveis de serem desfrutadas ao mesmo tempo. Mesmo para esse homem, o tempo seria escasso e sujeito à circunstância do *mais cedo* ou do *mais tarde*.

Mises afirma no excerto acima que devemos saber organizar o tempo de tal maneira que possamos aproveitá-lo corretamente, saber classificar a ordem de ocorrência dos acontecimentos que devemos executar. Existem algumas ações que não podem ou não deveriam ser executadas simultaneamente, o agente humano deve saber reconhecer esta passagem do tempo. Falando sobre a continuidade do tempo temos três estágios: passado, presente e futuro. Sobre a passagem explica Mises (2010 p. 134): “O que proporciona ao ser humano a noção de tempo, a consciência da passagem do tempo, é a ação. A ideia de tempo é uma categoria praxeológica.” Aqui vemos a perfeita coordenação do tempo com a ação, uma relação magnífica, o tempo caracteriza-se sobre o conjunto de ações realizadas nele, o tempo dinâmico mostra a sua força frente ao tempo estático e é justamente aí que temos um exemplo claro e fácil de entender a situação, o tempo estático newtoniano explica-o somente como um marco, um marco zero, em que nada ali parece acontecer e nada o afetará, o erro proveniente desta premissa é analisar objetivamente as ações e aplicar abstrações sobre elas, então devemos ver a dinamicidade do tempo, saber que num exato momento em que um segundo passa ao próximo segundo algo aconteceu, influências ocorreram e elas provavelmente mudarão o curso das ações, talvez minhas ou talvez de outras pessoas e estas poderão afetar as minhas, cabe

ao interlocutor entender tais mudanças e ver no mundo real as possíveis causas malélicas que um simples ponto  $t^1$  ou  $t^2$  (estáticos) podem causar na compreensão dos fatos sociais ou econômicos.

A possibilidade de profecia de eventos futuros na concepção de tempo austríaca, é totalmente descartada dado que o tempo é marcado por transformações e algumas delas não conhecemos, sendo assim torna-se praticamente tola a possibilidade de montar previsões matemáticas sobre o que irá acontecer o que podemos fazer é somente medir algumas consequências que se dariam em algum cenário se acontecesse alguns eventos.

### 3.5 CONHECIMENTO

O conhecimento na Escola Austríaca é levado como sendo restrito e limitado, toda a ação tem o seu grau de incerteza, por um lado essa ação deve levar maus agouros para o agente, ou melhor ainda, faz com que o agente aja no presente momento da ação para tentar minimizar o seu grau de ignorância e assim sendo irá desenvolver um maior conhecimento dos fatos, esse conhecimento irá se difundir para as outras partes do mercado e com certeza ele irá evoluir em algum outro ponto por outra pessoa. Um exemplo claro desse conhecimento é a tecnologia dos tempos atuais. Sobre esse assunto nos afirma Iorio (2011, p. 21):

O terceiro elemento da tríade básica da Escola Austríaca de Economia é o tratamento epistemológico do fato – indiscutível – de que o *conhecimento humano* contém sempre componentes de indeterminação e de imprevisibilidade, o que faz com que todas as ações humanas produzam efeitos involuntários e que não podem ser calculados *a priori*. Existem, para os *austríacos*, limites inescapáveis à capacidade da mente humana que a impedem de compreender integralmente a complexidade dos fenômenos sociais e econômicos. Os sistemas formais possuem certas regras de funcionamento e de conduta que não podem ser previamente determinadas. É como escreveu José Ortega y Gasset: “o olho não se vê a si mesmo”.

lorio nos mostra como o conhecimento é levado a cabo pelos Austríacos, ele é visto como uma esfera nebulosa até certo ponto e essa nebulosidade nos causa incertezas. Definido este ponto devemos tomar cuidado pois a partir da incerteza surge a imprevisibilidade dos acontecimentos, sem a devida certeza não sabemos o que nos espera no futuro, então eis que surge outro ponto, a incapacidade de montar um futuro premeditado no presente, é o que fazem justamente os socialistas na esfera política e os keynesianos na esfera econômica. As ciências sociais diferem das naturais, a sociedade e o conhecimento não podem ser manipulados em laboratório como se faz com os elementos químicos, pois da sociedade e do conhecimento faz parte a ação humana do agente.

O conhecimento base para a ciência econômica advém da ação humana, ora, é assim em todas as esferas do conhecimento científico que concebemos hoje, o problema está no fato da tecnocracia decidir pelas ações humanas individuais, é inconcebível um grupo de seis pessoas controlarem o futuro de uma nação baseando-se somente em dados científicos pois eles não dizem sobre a nossa forma de pensar e agir, assim afirma-nos Carvalho (2007 s.p.):

Os homens que o teorizam hoje em dia são tecnocratas materialistas e economicistas, que não entendem um “a” da complexa estrutura espiritual da civilização e apostam cegamente em fórmulas mágicas que lhes parecem muito científicas.

Quando a cultura e a liberdade de agir segundo os nossos preceitos é posta de lado, e damos ouvidos para governantes que sentados em suas poltronas ditam as regras do jogo, colocamos a faca e o queijo em suas mãos, terão então a liberdade necessária para julgar e governar nossos atos, desde questões religiosas até econômicas, a liberdade excessiva de controlar nossas vidas outorgada a eles só faz diminuir a nossa capacidade de ação, a ciência não pode me dizer se é melhor comprar ouro hoje ou amanhã, ela não diz sobre o futuro e além do mais, não pode ditar as regras para a sociedade.

O assunto da tecnocracia abre alas para explicitar algumas características essenciais do conhecimento, segundo julga a Escola Austríaca de Economia, vejamos neste quadro de Jesus Huerta de Soto:

	<b>Tipo A</b>	<b>Tipo B</b>
Oakeshott	Prático (tradicional)	Científico (ou técnico)
Hayek	Disperso	Centralizado
Polanyi	Tácito	Articulado
Mises	De "eventos singulares?"	De "classes?"

**Figura 2 – Dois tipos diferentes de conhecimento (In: HUERTA DE SOTO, 2010, p. 36)**

O conhecimento científico usado puramente para decidir ações políticas se torna inválido pois não visa à ação humana individual e irá restringir o nosso campo de atuação mediante alguns desejos daqueles poucos que decidiram sobre a massa e ele tem total base no conhecimento prático, não surgiu do nada. Para a Escola Austríaca o conhecimento que deve ser levado com grande importância é o de Tipo A. Vejamos, ele é disperso isso condiz com a premissa de que está separado na sociedade e não é centralizado por nenhuma instituição de planejamento central que detém todo o conhecimento sobre as ações dos indivíduos na sociedade; é tácito pois está implícito na pessoa do agente, ele por sua vez sabe o que faz mas não sabe as influências que teve e não sabe a sua natureza desse conhecimento, é como eu fabricar uma peça de ferro com a melhor qualidade possível e não saber as propriedades químicas do ferro e por fim são eventos singulares que nada mais é do que individual e específico.

Também vale lembrar ao iniciante do tema conhecimento, segundo a Escola Austríaca o define e como ele diferencia-se da mera informação, usando o termo mera não quero passar a idéia de menosprezo mas sim apenas realçar a diferença entre as concepções, segundo Arroyo (2010 p. 34):

Um exemplo poderia deixar as coisas um pouco mais claras. Considere um relógio na rua marcando meio-dia e um agente andando e se deparando com o mesmo. Os números no relógio consistem em informação, contendo um dado (o horário) potencialmente acessível ao agente. O dado da informação pode ser verdadeiro ou falso, ou seja, o relógio pode ou não estar informando o horário correto (de acordo com a realidade objetiva). Por sua vez, o julgamento do agente quanto à veracidade da informação acessada (o horário no relógio) corresponde ao seu conhecimento – que levará em conta as conexões entre as informações que possui. O agente pode ter razões tanto para considerar os dados falsos como verdadeiros.

A diferença está justamente no grau de intensidade, uma informação pode ser relevante para o agente mas ela é micro e sem o conhecimento devido das influências (macro) não conseguiríamos aplicar a informação captada na restrita ação. A informação é levada como um dado, e o conhecimento é mais abrangente, define uma série de campos mais amplos com variadas informações. Aqui reside um *insight* valioso da Escola Austríaca de Economia, a própria vai contra as correntes vigentes que tentam elevar para um alto posto os dados científicos puros para decidir ações sobre os outros, tendo-os como critério de tomada de decisão sem levar em conta o conhecimento que as cerca.

Chegando ao fim do tema conhecimento, lembro aqui a grande desenvoltura de Hayek a cerca do conhecimento disperso na sociedade, merece calorosos aplausos sobre este seu trabalho. No seu artigo, o uso do conhecimento na sociedade, ele consegue passar ao leitor as características fundamentais, tais como: dispersão do conhecimento, planejamento centralizado, conhecimento científico e prático.

## 4. AS VARIÁVEIS DE PROPAGAÇÃO COM SUAS IMPLICAÇÕES NA ECONOMIA

A tríade básica da Escola Austríaca de Economia, como explicitada pelo professor Ubiratan nos mostra a ação, o tempo e o conhecimento como seus elementos fundamentais e mais a frente temos os elementos que irão propagar os três iniciais em alguns campos de estudos, são eles a saber a utilidade marginal, subjetivismo e ordens espontâneas. Eles que terão como papel, a serventia de “meio” para enfim desembocar nas partes mais sólidas e palpáveis, como a filosofia política, epistemologia e a economia .

### 4.1 UTILIDADE MARGINAL

A utilidade marginal já remonta a algumas centenas de anos, iniciou-se com a tão famosa questão do valor que os primórdios não conseguiam alcançar uma resposta em definitivo, chegando bem próximo da afirmativa correta. A questão do valor explica como algo tem valor, o que dá sentido a um bem possuir mais valor que outro e vice versa.

Os Escolásticos tardios impulsionados pela grande obra filosófica de Santo Tomás de Aquino e vide Iorio (2010 s.p.):

De acordo com aquele autor que, juntamente com Santo Antonino de Florença (1389-1459), influenciou o pensamento da chamada "escolástica tardia", como Francisco de Vitória (1495-1560, fundador da famosa Escola de Salamanca), os preços dos bens eram determinados por seu valor subjetivo, considerado sob três perspectivas: "virtuositas" (valor de uso), "raritas" (escassez) e "complacibilitas" (desejabilidade).

Aquele autor no qual é dada referência condiz a São Bernadino de Sena; eles dispuseram grande esforço sobre a subjetividade do valor, podemos encontrar uma notável contribuição da parte de Diego de Covarrubias y Leyva (1512 – 1577), foi aluno de Martín de Azpilcueta Navarro (1492 – 1586) e professor de direito canônico na Universidade de Salamanca, afirmou Soto (2008 s. p.):

Covarrubias (1512-577), o filho de um famoso arquiteto, se tornou bispo da cidade de Segovia e ministro do Rei Filipe II. Em 1554 ele demonstrou, melhor do que qualquer um já havia feito antes, a teoria subjetivista do valor, dizendo que “o valor de um artigo não depende de sua natureza essencial, mas da estimativa subjetiva dos homens, mesmo se essa estimativa for tola”, ilustrando sua tese com o exemplo de que “nas Índias, o trigo é mais precioso do que na Espanha porque os homens o estimam mais favoravelmente, apesar de a natureza do trigo ser a mesma em ambos os lugares”.

Já nos doutores, teólogos e padres católicos daquele tempo podemos notar a subjetividade do valor assim como acabamos de ver em Diego, ele nos mostra que as escolhas individuais irão determinar o valor de um bem para a pessoa, esta subjetividade é fundamental na concepção austríaca de utilidade marginal e que posteriormente seria vista como “desvendada” mais explicitamente e comporia a utilidade marginal.

Seguindo a tradição temos Richard Cantillon que também explorou o debate sobre o valor mas suas contribuições em tal área permaneciam no mesmo nível dos escolásticos e pós-escolásticos.

A resposta definitiva veio ao mesmo tempo e no fim do século XIX, mais precisamente no ano de 1871, quando três homens, no mesmo ano chegaram a uma resposta parecida e se quer tinham qualquer relação de contato. O primeiro foi Carl Menger, o segundo William Stanley Jevons e o terceiro Leon Walras. Darei ênfase somente ao primeiro, os dois últimos trabalharam a utilidade marginal com grande afinidade com a área matemática que foge do nosso escopo, no qual é a Escola Austríaca.

Carl Menger considerado o pai da Escola Austríaca de Economia encontrou a solução para a questão do valor, a atual questão via-se confrontada com a questão do valor trabalho formulada por Adam Smith (1723 – 1790) na qual nos informa que um bem possui o valor mediante o trabalho que ali foi empreendido, mas há alguns bens que podem demandar um grande trabalho e não ter um valor alto e outros que demandem um trabalho pequeno mas que tenha um valor alto ou até mesmo bens que tiveram um mesmo nível de trabalho e possuem valor diferente e a resposta para a questão salta aos olhos: são as escolhas subjetivas dos indivíduos e a utilidade que damos a um bem que irão determinar o valor que ele possui. A utilidade que eu faço de um bem em um determinado momento do tempo tem um exato valor que eu acho ser o mais compensatório, ali naquele momento; um copo de água para quem está morrendo de sede certamente terá um valor maior do que para alguém que está se banhando na piscina. Uma grande oferta de produtos pode diminuir seu preço, um bem escasso pode ter seu preço elevado justamente pelo motivo de sua capacidade de não ser encontrado facilmente, aí temos o exemplo claro da água no deserto ou de uma lareira no inverno.

Carl Menger conseguiu juntar a utilidade e a escassez de forma com que tivéssemos concluído de maneira definitiva a questão do valor. O valor de um bem será determinado pela utilidade que damos a ele, a sua escassez perante nós e o critério de tempo explicitado pela importância no momento do uso. A sua grande contribuição foi a utilidade marginal, assim afirmava Menger (1987, p. 288):

No que concerne à variação do grau de importância das diversas necessidades às quais temos que atender, a experiência mais comum do dia-a-dia nos ensina um fato: as pessoas costumam atribuir grau mais elevado de importância àquelas necessidades de cujo atendimento depende a conservação de sua vida; e o grau de importância das demais necessidades escala-se de acordo com o grau (duração e intensidade) do bem-estar que depende do atendimento das respectivas necessidades. Se, portanto, as pessoas se virem na contingência de escolher entre o atendimento de uma necessidade do qual depende apenas a conservação de sua vida e o atendimento de uma necessidade do qual depende maior ou menor grau de bem-estar, costumam dar prioridade ao primeiro; da mesma forma, darão prioridade à satisfação das necessidades cujo atendimento lhes proporcionar maior grau de bem-estar (portanto, para intensidade igual, duração maior; para duração igual, maior intensidade), dando menor

importância às necessidades, cujo atendimento lhes proporciona menor grau de bem-estar.

Vimos acima uma singular proposta para delimitar os graus de valores para o ser humano, ele é posto tendo em vista a ação humana do agente, ele irá determinar o ranking de prioridade para as suas escolhas e dará maior importância no devido momento do tempo para os desejos que melhor atacariam a sua sobrevivência e menor grau aos demais, isto é fato, a lei da utilidade marginal decrescente aparece como uma verdade definitiva e é comprovada em qualquer época. As prioridades dar-se-ão conforme um critério subjetivo mas ele estará condicionado ao quesito de maior importância naquele momento em que será usado o bem. Na outra via vemos que quanto mais possuímos de determinado bem (homogêneo) daremos menor utilidade ao bem que ficar exposto na margem, por exemplo: se tenho cinco copos de água a minha disposição e estou com sede, posso utiliza-lo da seguinte maneira; primeiro – satisfazer a minha necessidade matando a sede, segundo – cozinhar um alimento, terceiro – escovar os dentes, quarto – lavar as mãos e quinto – aguar as plantas do quintal; veja que do primeiro ou quinto grau de importância, ela vem decaindo mas se por acaso eu aumentar o número de copos d'água para seis com certeza o sexto passará a ter um valor menor do que o quinto, eis a utilidade marginal.

## 4.2 SUBJETIVISMO

O subjetivismo é senão um dos enfoques mais preciosos da Escola Austríaca de Economia valoriza as ações dos indivíduos enquanto as outras escolas de pensamento econômico faz justamente o contrário, suprimindo as escolhas individuais e subjetivas dos agentes e dando um valor tremendo aos números em gráficos, pecam por perder o foco nas pessoas que realmente faz girar a economia e focalizam em um grupo, um exemplo claro é como dizer que o país A vendeu R\$

10.000.000,00 em grãos ao país B, quando na realidade foram empresas e indivíduos que realizaram contratos de compra e venda.

A objetividade das escolhas é errônea por que nos dá somente variáveis objetivas para atingir algum fim desejável, vejamos Mises (2010 p. 46):

É neste sentido que nos referimos ao subjetivismo da ciência geral da ação humana. Esta ciência considera os objetivos finais escolhidos pelo agente homem como dados, é inteiramente neutra em relação a eles e se abstém de fazer julgamentos de valor. O único padrão que utiliza é o de procurar saber se os meios escolhidos para a obtenção dos fins pretendidos são ou não os mais adequados. Se o eudemonismo fala em felicidade, se o utilitarismo e a economia falam em utilidade, devemos interpretar estes termos subjetivamente, como sendo aquilo que o agente homem procura obter porque, a seu juízo, considera desejável.

O caráter subjetivo está presente no agente humano, ele irá determinar se algum meio para atingir um fim tem a sua importância no exato momento do tempo ou se não tem, as forças exógenas não delimitaram por completo as nossas ações, o subjetivismo quem irá delimitá-las, ademais. Não devemos nos abster nos julgamentos de valor tendo vista um fim e sim se os meios que empregamos estão de acordo com este fim exposto que procuramos alcançar, as escolhas subjetivas finais prevalecem em cima das variáveis objetivas de um gráfico.

A escola na qual é baseado este trabalho de conclusão de curso visa o ser humano como agente e ele quem vai fazer as escolhas, será o criador e modificador, não “forças obscuras e estranhas” que fazem a alta dos juros, por exemplo. Todos os eventos na economia são protagonizados por algum agente e são as ações dele que faram com que uma possível taxa de juros aumente.

O subjetivismo junto com a limitação do conhecimento nos capacita a ter uma visão de nossa incerteza, a incerteza genuína, não podemos conceber um modelo matemático como sendo correto quando está em jogo escolhas individuais, as minhas ações serão determinadas pelas ações de outras pessoas e vice-versa, é um emaranhado bastante complexo pra ser posto em equações matemáticas, um

exemplo claro disso é que devido a isto e a incerteza genuína é impossível prevermos o futuro econômico da nação, não posso dizer com clara objetividade quanto custará o pão francês daqui um ano e meio pois não dependerá somente da minha pequena pessoa e de variáveis objetivas e sim de uma grande rede de interconexões que fogem do meu conhecimento, e quanto mais apreender deste conhecimento mais ele fugirá pois volto a dizer, não depende de mim, a incerteza genuína estará sempre presente na ação humana.

O individualismo metodológico caminha lado a lado com o subjetivismo, segundo o prisma da Escola Austríaca de Economia; o subjetivismo preza pelas escolhas dos meios mais eficazes para atingir a um fim desejável, estas escolhas emanam simplesmente dos indivíduos e o individualismo metodológico caracteriza-se por prezar a distinção que há entre os indivíduos e os grupos, massas e outros conceitos estereotipados, assim vejamos Rothbard (2012 s.p.):

A ciência econômica está repleta de falácias que surgiram quando metáforas sociais coletivas passaram a ser tratadas como se fossem objetos reais. Assim, durante a era do padrão-ouro, era comum o temor de que "a Inglaterra" ou "a França" corriam grande perigo porque "elas" estavam perdendo ouro. O que realmente aconteceu foi que ingleses e franceses estavam voluntariamente enviando ouro para o exterior e, com isso, ameaçando os banqueiros de seus países com a necessidade de cumprirem suas obrigações de restituir depósitos em um volume de ouro que eles não mais possuíam. Porém, o uso da metáfora coletiva transformou um grave problema do setor bancário em uma confusa crise nacional pela qual cada cidadão era, de alguma forma, o responsável.

Quando a culpa passa mediante um “processo de magia” de indivíduos para grupos e afins temos a total deturpação do senso do real, a mentira instalou-se como a mais perfeita verdade, na economia de hoje isso é de praxe, nos noticiários mostram-se países crescendo e nível de alto consumo da sociedade e tudo é levado como um todo coletivo sem termos em mente os indivíduos que estão por trás dos processos. Uma grande contribuição sobre esta patologia é exposta por Carvalho (2005 s.p.): “É

nesse tipo de pensamento, marcado pelo fenômeno que chamo “paralaxe cognitiva” -- o abismo entre realidade e construção teórica --”.

### 4.3 ORDENS ESPONTÂNEAS

Primeiramente devemos estabelecer o conceito de ordem só para depois tentarmos ter uma noção de como ela é espontânea, Friedrich A. Hayek nos ajudará nisto com a sua formulação, afirma Hayek (1985 p. 36):

Por ‘ordem’ designaremos sempre uma condição em que múltiplos elementos de vários tipos se encontram de tal maneira relacionados entre si que, a partir de nosso contato com uma parte espacial ou temporal do todo, podemos aprender a formar expectativas corretas com relação ao restante ou, pelo menos, que tenham probabilidade de se revelar corretas.

Então podemos captar a coordenação intrínseca da ordem, ela é de um relacionamento muito coordenado. E o conceito de ordens espontâneas surge como um dos mais claros do ponto de vista imaginativo, olhando para as estruturas sociais vigentes do mundo de hoje. As tais ordens constituem-se de várias influências individuais, sem uma coordenação central; não foi planejado criar, por exemplo, a sociedade, ela deu-se através do tempo como uma relação endógena das comunidades. As ordens espontâneas são de grande valia para podermos ter a noção da famosa mão invisível do mercado, na qual falava Smith (1996 p. 438):

Geralmente, na realidade, ele não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo. Ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e,

neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções.

Os indivíduos em um mercado visam as suas ações, na maioria das vezes, e não uma coordenação, surge daí a metáfora pois as coordenações não foram planejadas e nem delimitadas por leis e decretos mas ao contrário surgiram de várias interconexões e com isso nasce como que uma mão invisível que coordena o mercado. Qualquer tentativa de controlar esta tal mão invisível seria uma má experiência pois estaríamos indo contra a natureza própria do mercado, que é livre.

A ordem está presente na sociedade e é observável, partindo deste ponto destacou Hayek em sua obra *Law, Legislation and Liberty* que existem dois tipos de ordem e em um artigo na internet parafraseando Hayek nos mostra Draeger (2012 s.p.):

Ele realiza logo de cara uma distinção entre dois tipos de ordem:

- i. Ordens evoluídas [auto-desenvolvidas], ou espontâneas, que são aquelas nas quais a interação de seus vários elementos não é determinada por nenhuma mente criadora (Hayek usa o termo grego kosmos para designá-las);
- ii. Ordens criadas, ou organizações, que são aquelas concebidas e implementadas por uma mente criadora e cuja existência possui um propósito final (para esta, Hayek usa o termo grego taxis);

Estas duas ordens nos dão um panorama incrível sobre o tema ordem, é um mapa para podermos compreender como realmente funciona a espontaneidade coordenadora da sociedade, as ordens espontâneas que é o foco desta seção é caracterizada justamente pela falta de coordenação de fora, ou seja, não temos um órgão quem a criou e ela nasceu das interconexões, ao contrário das criadas que tem um mantenedor e necessita de uma coordenação externa. O mercado é um exemplo da primeira e uma ONG da segunda.

A influência do tempo nas modificações das ordens espontâneas é crucial pois há muitas interferências no seu decorrer que sem elas não chegaríamos a ter o que temos e lembrando novamente que elas não são visando à coordenação, este caráter coordenador já está implícito pela forma de forças equilibradoras que vem de dentro, devido estes fatores podemos notar uma grande complexidade nas estruturas que é incapaz de se apreender totalmente por uma mente criadora.

## 5. A INTERSECÇÃO ENTRE ECONOMIA E EMPRESÁRIO

Esbocei acima, como poderam ver, os elementos de propagação da Escola Austríaca de Economia, estes então estarão presentes e servirão para propagar os campos econômicos, não só econômicos mas também a filosofia política e a epistemologia, deixarei pesar neste trabalho somente a economia, que é a nossa base. A economia austríaca como disse nos capítulos primeiros está totalmente baseada na tríade básica mostrada pelo professor Ubiratan Iorio, a saber: ação, tempo e conhecimento; a partir dela vem os seus elementos propagadores: utilidade marginal, subjetivismo e ordens espontâneas; cabe-me agora explorar os campos econômicos vistos pela Escola como sendo de fundamental importância para compreensão da ordem econômica e depois de feito isso analisar a sua influência no que diz respeito aos empresários e assim farei.

### 5.1 PROCESSO DE MERCADO E A FUNÇÃO EMPRESARIAL

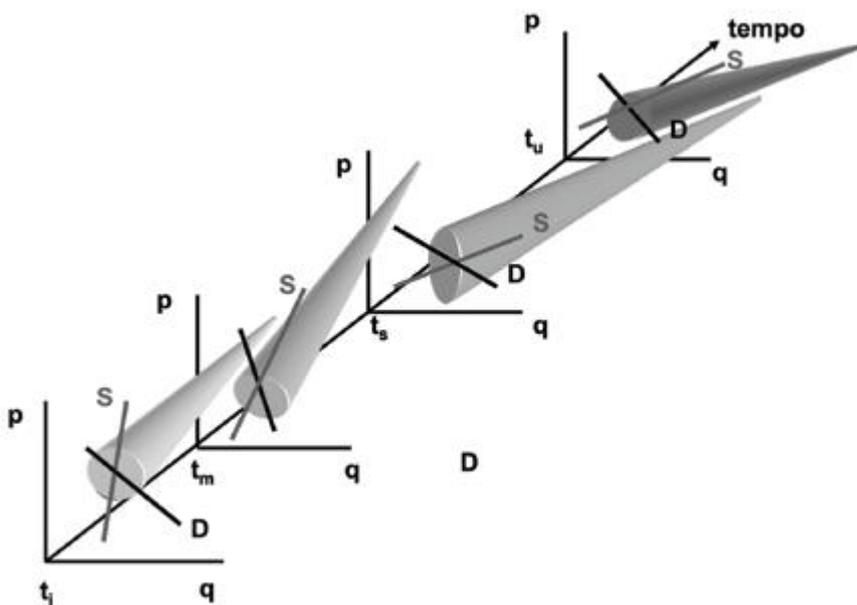
O processo de mercado é a dinamicidade de certos e erros em uma busca efetiva dos agentes por um conhecimento mais valoroso das etapas do mercado e sendo assim alcançar melhores resultados, a busca pelo tal conhecimento irá coincidir com inúmeros erros que por sua vez dará informações novas e experiências mais claras para os participantes de mercado atuar de melhor forma e então ir diminuindo a incerteza, o fato então está no grau de conhecimento dos agentes que atuam no mercado e este tema é explorado com muito afinco por Hayek. Um dos embates da Escola Austríaca com o *mainstream* está aqui no processo de mercado, enquanto os últimos dizem que os mercados tendem ao equilíbrio e que o alcançarão, os últimos afirmam que tendem ao equilíbrio mas nunca chegará a tê-lo devido ao grau de incerteza genuína presente na dinamicidade.

No processo de mercado a atuação do agente criador estará presente com grande importância, ele será a pessoa quem irá fornecer as informações necessárias para o

avanço do processo para um estado de maior coordenação com menores erros, combaterá a presença da ignorância em algumas etapas mas nunca fornecerá uma visão definitiva devido à incerteza genuína que sempre estará presente.

Devemos dar ênfase ao empresário no que diz respeito a sua percepção do mercado, o estado de alerta dele deve estar imposto em todas as suas relações por que a partir daí conseguirá obter as melhores informações para agir nas situações que lhe apetece. O preço é um referencial importante nestas etapas de geração de informações por parte dos empresários, ele fornecerá um guia para o empresário-coordenador agir e tentar regular as situações que ele encontrar uma possível fonte de lucro, com esta fonte eliminará algumas imperfeições no mercado.

Para fixar a idéia do processo de mercado visto pela maioria dos economistas que levam a Escola Austríaca como fundamental para o estudo da economia, vejamos uma ilustração de tal processo:



**Figura 3 – Os cones austríacos (In: IORIO, 2011, p. 99)**

Os cones austríacos ilustram bem o conceito de processo de mercado visto pelos austríacos pois conseguem nos passar a dinamicidade do tempo e descoordenação implícita causada pela ação humana. O tempo é representado pela linha diagonal e

o ponto de equilíbrio está mostrado em cada gráfico só que com a condição que eles mudam com o tempo, os cones são as possibilidades de atuação do mercado que também mudam devido ao ponto de equilíbrio. Fica evidente na figura que em cada momento do tempo os cones tangem ao equilíbrio mas devido a dinamicidade do tempo e a ação humana, a oferta e a demanda mudam e fazem com que o ponto de equilíbrio não seja alcançado e surja um novo cone e um novo ponto a ser alcançado mas em vão pois as circunstâncias irão mudar novamente tendo em vista os fatores supracitados.

## 5.2 DEBATE SOBRE O CÁLCULO ECONÔMICO

O debate sobre o cálculo econômico tem uma grande importância na economia austríaca pois conseguiu dismantlar e colocar em frangalhos a economia socialista, e o seu promulgador foi Ludwig von Mises ainda no século XX na década de 20 quando mostrou as claras o que era a pseudo economia socialista, que não se baseava na realidade. Todos nós sabemos que para existir algum cálculo econômico na economia devemos ter preços e estes baseados nos processos de mercado segundo a oferta e a demanda de bens, mas no socialismo não temos este tal processo de mercado devido a propriedade privada não existir e somente a propriedade pública prevalecer, com uma lógica simples e fácil dismantla-se a economia socialista pois não há como haver algum tipo de cálculo sobre preços se não temos um mercado ativo e com eles algum tipo de preço nem que seja pela menor verossimilhança. O socialismo é uma falácia, assim como a sua economia ilusória baseada em dados falseados do mercado. Um órgão central estatal não pode tomar para si todas as responsabilidades que seriam dos agentes individuais do mercado e sair promulgando dados e informações irreais sobre a economia, o tal planejador central como é visto pela limitação do conhecimento, não contempla de uma sabedoria divina na qual lhe é mostrado todas as consciências advindas de atos individuais e quais ações tomar em situações diversas, cabe aos indivíduos presentes no mercado esta tarefa que envolve acertos e erros, tempo e preferências subjetivas.

### 5.3 TEORIA MONETÁRIA E TEORIA DO CAPITAL

A teoria monetária austríaca é baseada em alguns pontos que julgam os economistas austríacos deveras importantes para compreender o papel da moeda na economia. Os pontos são os seguintes: variação do estoque de moeda, causa monetária dos ciclos econômicos, valor da moeda decretado pela utilidade marginal, definição da inflação e a espontaneidade do sistema monetário.

A variação do estoque da moeda irá influenciar os preços relativos, a estrutura do capital, a produção e os recursos nela empregados assim como nos mostra Polleit (2009 s.p.):

Por exemplo, um aumento inesperado no estoque monetário leva a mudanças nos preços relativos e, conseqüentemente, afeta o consumo e o investimento. Entretanto, com o tempo, os agentes de mercado ajustam suas disposições (salários, contratos, etc.) de acordo com esses preços mais altos, e a atividade econômica acaba retornando ao seu nível original. Portanto, a injeção monetária eleva os preços, mas não eleva a produção.

Ele nos mostra no exemplo acima o efeito devastador que o aumento na reserva de moeda irá causar na economia, influenciando várias áreas passando desde o investimento até o consumo tendo em vista a ação humana do agente no decorrer do tempo, entender este ponto nos dará uma visão clara sobre os seguintes.

A causa monetária dos ciclos econômicos advém deles serem de origem monetária como explica Branda (2011 s.p.): “A expansão monetária e creditícia não sustentada por uma poupança real causa graves distorções na estrutura produtiva da economia. O conflito entre as etapas de produção torna-se inevitável, bem como o aparecimento das recessões.” A expansão monetária surge como causa de maus investimentos em setores da economia real, afetando a estrutura de capital.

O valor da moeda decretado pela utilidade marginal teve um embaraçoso debate antes de ser posto em voga pelos austríacos, foi devido ao problema da

circularidade, um raciocínio que não explica definitivamente o valor de uma moeda pois se baseava somente no valor de troca da moeda para explicar a utilidade marginal, Mises encontrou a solução com o seu teorema da regressão, uma explicação simples sobre isso está aqui em Murphy (2010 s.p.):

As pessoas valoram unidades de dinheiro por causa de seu poder de compra esperado; o dinheiro irá permitir às pessoas adquirirem bens e serviços reais no futuro, e por isso elas estão dispostas a abrir mão de bens reais e a prestar serviços hoje com o objetivo de obter encaixes para poder utilizá-los no futuro. Assim, o poder de compra futuro esperado do dinheiro explica seu atual poder de compra.

A utilidade marginal está presente mas devemos dar ênfase ao processo subjetivo de escolha do agente, ele prefere abster-se hoje para ganhar amanhã então é introduzido o fator tempo e elimina a circularidade, pois bem, o teorema da regressão consiste inteiramente da dinamicidade do tempo, temos como parâmetro para o preço de hoje, o preço de ontem.

A inflação tem grande espaço na discussão sobre moeda pois os austríacos definem a inflação da seguinte forma assim como Hazlitt (2012 s.p.):

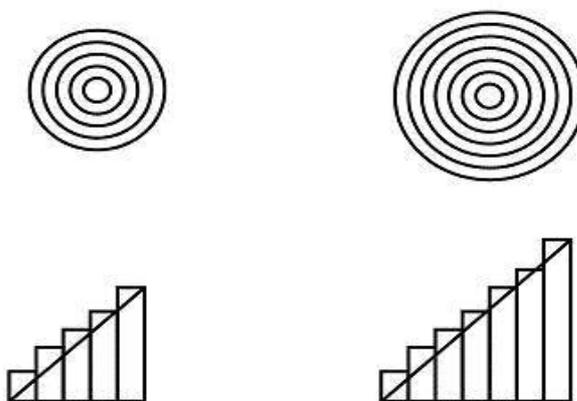
1. Inflação é um aumento na quantidade de dinheiro e de crédito criado em decorrência desta criação adicional de dinheiro. A principal e mais visível consequência da inflação é a elevação dos preços. Portanto, uma inflação de preços — atenção para o termo correto — é causada unicamente pelo aumento da quantidade de dinheiro na economia.

2. A quantidade de dinheiro na economia é uma variável decorrente das políticas monetárias do governo — mais especificamente, de seu Banco Central.

Podemos notar que o aumento nos preços então é a consequência da inflação e não a sua origem como muitos economistas pregam, a causa está justamente na emissão de papel moeda sem lastro algum e riqueza real por trás, as políticas monetárias dos bancos centrais por todo o mundo tem causado as mais terríveis inflações devido à criação de papel pintado para sustentar gastos governamentais e fazer crescer a máquina estatal.

Por último temos a coerência entre os austríacos que o sistema monetário é uma ordem espontânea que foi se coordenando até chegar onde estamos hoje, ele não foi criado por uma mente central, surgiu de várias interconexões dos agentes individuais mas sem que eles tivessem por fim o objetivo de estabelecer um sistema monetário, sendo assim, não devemos ir contra a sua natureza e praticar atos que seriam contrários a ele como interferências e regulamentações devido a sua espontaneidade e liberdade intrínsecas. Terminamos com esta breve síntese, a descrição dos elementos mais influenciadores da teoria monetária austríaca, sem um embasamento neles não poderíamos entendê-la.

A teoria do capital austríaca é sem dúvida a que mais diferencia os austríacos da *mainstream* que não tem uma visão da estrutura do capital, ela está em baseada na estrutura de capital que é nada mais do que as etapas de produção de um bem até o bem final tendo em isso vista podemos notar as variações de capital ao longo da estrutura e afirmar que o capital sofre alterações ao longo da mesma no decorrer do tempo. Para ilustrar a estrutura de capital temos a seguinte imagem:



**Figura 4 - A mosca de alvo bawerkiana e os triângulos hayekianos (In: IORIO, 2011, p. 106)**

O modelo de Bawerk serve para ilustrar a estrutura de produção de bens de capital onde o alvo é o início de produção dos bens de capital e conforme vai se afastando do centro a estrutura de produção do capital pode ser considerada mais complexa devido aos seus processos produtivos serem de maior número. Da mesma forma temos os triângulos de Hayek que ilustram a estrutura de produção, aqui lemos da esquerda para a direita onde o estágio inicial está na esquerda e o bem de consumo final está na direita. Tanto no modelo de Bawerk quanto no de Hayek temos a delimitação das etapas de produção e a sua evolução através do tempo. Segundo Garrison (2008 s.p.):

A economia moderna se notabiliza por negligenciar o capital como sendo uma estrutura intertemporal de bens intermediários. A produção leva tempo, e o tempo que separa a formulação dos planos de produção - que são estágios de vários períodos - e a satisfação das demandas do consumidor é abreviado pelo capital. Esses aspectos da realidade econômica, quando sequer são mencionados nos livros-textos modernos, são apresentados como sendo "as questões espinhosas do capital", uma frase reveladora que indica um tratamento indelicado dispensado a esse crítico tema. Apesar de ser uma lacuna na economia mainstream, a economia austríaca desde seu início tem dado uma distinção especial à teoria do capital. Estando absolutamente ciente de todos os espinhos, Böhm-Bawerk erigiu sua carreira acadêmica em torno de dois objetivos: entender a relação entre capital e juros e expandir a teoria do valor para o contexto da alocação intertemporal.

A explicação de Roger Garrison só veio a calhar com o parágrafo anterior e para ilustrar melhor ainda alocação de recursos através das várias fases do processo de um bem de capital na estrutura de produção.

#### 5.4 TEORIA AUSTRÍACA DOS CICLOS ECONÔMICOS

A teoria austríaca dos ciclos econômicos pode ser considerada como uma das maiores contribuições da Escola Austríaca de Economia para o campo do saber

econômico, ele consegue explicar de maneira convincente os *booms* e recessões que ocorrem em uma economia. O tripé *expert* da teoria é Mises, Hayek e o nosso contemporâneo Garrison. O professor Ubiratan nos mostrou claramente e com exemplos a teoria, vejamos Iorio (2011 p. 173):

Parece também evidente a aplicabilidade da Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos ao caso da crise mundial de 2008 e 2009. Como se sabe, desde a segunda metade dos anos 90 e especialmente nos primeiros anos da primeira década deste século, o governo americano para incentivar o crédito, praticou uma política de taxas de juros muito baixas que, em alguns casos, em termos reais, eram até negativas. Encorajou a proliferação de empréstimos hipotecários e estabeleceu, inclusive, um sistema de seguro de crédito para garantir aos bancos o recebimento dos débitos de clientes inadimplentes. O resultado de curto prazo foi um fantástico boom, seguido — conforme a Teoria Austríaca poderia prever — por uma forte recessão, manifestada inicialmente nos setores de bens de capital, exatamente aqueles mais beneficiados pelo boom inicial, no caso, a indústria de construção civil. Fenômenos semelhantes ocorreram, com alguma defasagem, na Europa e na Ásia. Quando a crise estourou, para enfrentar a recessão, os governos adotaram políticas de forte expansão dos gastos públicos de inspiração keynesiana, ao mesmo tempo em que reduziram mais ainda as taxas de juros básicas.

Na verdade a sua base está na teoria da moeda, do capital e dos ciclos e com esse embasamento explica-se como a emissão e entrada de moeda sem lastro real na economia irá causar a diminuição da taxa de juros e o boom econômico e influenciar os agentes a tomarem empréstimos pois pensam se tratar de crescimento real e poupança quanto que na verdade não passa de dinheiro sem base em riquezas, de início irá causar um crescimento mas no fim quando perceber que a tal poupança era fictícia irá ocorrer o famoso efeito concertina que por sua vez causará desemprego devido ao aumento da taxa de juros e encolhimento daquela estruturação de produção onde as etapas eram falaciosas, geralmente as etapas mais afetadas são as de início da produção pois foram elas que receberam primeiro a moeda criada. Com a breve explanação da teoria austríaca dos ciclos econômicos terminamos de analisar os temas de maior relevância na economia austríaca, podendo assim analisar a atividade empresarial com um embasamento econômico

sólido e utilizar dele para aumentar os nossos registros de informações e quem sabe até o conhecimento, assim estaremos diminuindo a nossa reserva de ignorância.

## 5.5 A ATIVIDADE EMPRESARIAL

A atividade empresarial é um dos ingredientes indispensáveis para uma economia florescer, onde não haja incentivo à atividade empresarial como aporte à iniciativa privada e liberdade de mercado estaremos com um futuro nebuloso no horizonte. Aqui nesta seção iremos nos ater a alguns conceitos referentes à atividade empresarial que são de grande valia segundo a Escola Austríaca e findar o trabalho mostrando que sem o aporte dos capítulos anteriores não poderíamos delinear as seções seguintes, foi preciso apresentar ao leitor a Escola Austríaca e a partir dela revelar o empresário. Segundo Huerta de Soto (2010 p. 34):

A função empresarial, em sentido estrito, consiste basicamente em descobrir e avaliar (*prehendo*) as oportunidades de alcançar um fim ou, se preferirmos, de conseguir algum lucro ou benefício, tendo em conta as circunstâncias envolventes e agindo de modo a aproveitá-las.

A atividade empresarial está totalmente ligada com o quesito de ação humana definida por Mises, leva em conta o tempo dinâmico para tomar as decisões com base em certo grau de conhecimento, portanto leitor veja como a atividade empresarial não poderia ser descrita sem antes termos visto a Escola Austríaca de Economia, talvez seja o elemento que mais se encaixa com a Escola.

## 5.5 CONHECIMENTO, ALERTA EMPRESARIAL E TOMADA DE DECISÃO

O conhecimento que o empresário deve empregar em suas ações é fundamental para obter sucesso em suas empreitadas, como a Escola Austríaca define o conhecimento como sendo subjetivo, ele irá partir de cada indivíduo e de forma dispersa estará presente na sociedade, entramos pois com a criatividade empresarial que irá criar um conhecimento onde antes não existia, criado o tal conhecimento ele irá se propagar no mercado através das informações descobertas e delas os processos irão se coordenando de forma subjetiva pelos outros agentes individuais que farão uso das informações criadas do nada. Todo esse processo de conhecimento que se passa só será possível em uma economia livre, em um estado que não tenha interesse de usurpar os ganhos empresariais e sobretudo na sociedade que tiver enraizada a visão de que o conhecimento gerado pelo empresário é de fundamental importância para o desenvolvimento do processo de mercado e posteriormente da nação.

Mas todo esse conhecimento que comentei acima nada seria se não tivéssemos um *insight*, um alerta empresarial, uma capacidade de percepção que deve estar presente na visão do empresário, acerca do exposto vejamos Kirzner (1985 p. 40):

O *homo agens* de Mises, por outro lado, é dotado não somente da propensão para perseguir fins eficientemente, uma vez claramente identificados fins e meios, como também da propensão e do estado de alerta necessários para identificar por que fins lutar e que meios estão disponíveis.

Esse estado de alerta empresarial é um quesito que junto com o conhecimento irá gerar as melhores escolhas potenciais, sem ele não poderíamos julgar por qual caminho tomar rumo mas com a decisão que está estritamente ligada nele temos um mapa mais nítido dos meios e fins pelo qual buscar e lutar. O alerta é intimamente ligado com as oportunidades do mercado.

A tomada de decisão pode ser vista como um desfecho ou combinação do conhecimento e alerta empresarial, surge dos dois. Através do conceito de ação humana de Ludwig Von Mises podemos ter a noção puramente subjetiva nas tomadas de decisões que levam em conta os meios e fins identificados pelos agentes para atingir algum objetivo e mais ainda, quais fins escolher e analisar a viabilidade dos meios, o quesito que é essencial na tomada de decisão é explicitado aqui por Kirzner (1985 p. 26):

É esse elemento empresarial que é responsável por compreendermos a ação humana como ativa, criadora e humana, e não como passiva, automática e mecânica. Uma vez captado o elemento empresarial na ação humana, não se pode mais interpretar a decisão como mero cálculo — que, em princípio, possa ser tomada pela manipulação mecânica de "dados" ou que esteja *completamente implícita* nesses dados.

O que Kirzner chama a atenção é para a subjetividade da ação empresarial em que a decisão não pode ser exposta por meros dados informatizados mas sim que tenha o seu fundo segundo os meios e fins do agente da tomada de decisão.

## 5.6 A COMPETIÇÃO E A SOBERANIA DO CONSUMIDOR

Competição no mercado pode ser definida como um processo de rivalidade entre agentes atuantes no mercado por fatias de lucro maiores, agindo com maior qualidade em seus produtos e processos de produção por sua vez mais eficazes e por fim atender a demanda dos consumidores da melhor forma possível. A competição tem em si a função empresarial como pano de fundo pois sem ela não teria como haver a competição, um individuo que descobre uma oportunidade mediante um grau de conhecimento específico e através do seu estado de alerta coloca um produto a venda pode muito bem receber os lucros de futuras transações, só que quando criou o seu negócio ele gerou uma informação nova para o mercado

e no mais das vezes outros agentes podem usufruir desta informação e também fabricar o mesmo produto, a partir daí dá-se um processo competitivo entre eles e quem definirá o vencedor, no caso de uma economia livre, é o consumidor. Uma das especificidades da competição no mercado está atrelada ao fato ajustador que ela causa no processo de mercado, pois como disse acima haverá novas informações postas em voga e algumas erradas e outras certas, quando explicitarei capítulos atrás o processo de mercado, disse que ele era dinâmico e consistia muitas vezes de ocorrências de acertos e erros, com as escolhas subjetivas dos agentes sejam elas certas ou erradas, haverá um ajustamento na maior parte dos casos para uma ordem espontânea mais efetiva, há aqui um encaixe valiosa que podemos observar que é o de que o processo competitivo está intimamente em paralelo com o processo de mercado. Uma breve e clara definição de competição pode ser vista aqui em Rockwell (2010 s.p.):

Ela gera contínuos e inexoráveis aprimoramentos na qualidade. A empresa que executa seu trabalho com excelência em relação aos concorrentes — que prometem bens e serviços similares — prospera e se expande. O mercado, quando funcionando sem amarras governamentais, está sempre aberto a novos entrantes que podem mostrar aos atuais produtores como fazer a mesma coisa de maneira melhor e mais eficientemente — ou, no extremo, como fazer algo inteiramente novo. O preço dos bens e serviços está sempre caindo em termos reais, não obstante a inflação da oferta monetária praticada pelo governo. Linhas e métodos de produção obsoletos são forçosamente abandonados. Os consumidores premiam os empreendedores perspicazes e punem os tolos e banais, de modo que apenas os melhores podem crescer. Existe prestação de contas, qualquer erro gera uma chamada à responsabilidade e há punições para comportamentos indolentes e fraudulentos.

Lew Rockwell nos lembra de um importante quesito para a competição, e ele é a entrada no mercado, toda economia que se julga livre e sem amarras deve fornecer a maior liberdade para entrada de novos agentes no mercado e agir sem empecilho algum a estas iniciativas. A liberdade será fundamental na atividade empresarial e no empreendedorismo. Toda essa discussão sobre concorrência e competição não teria sentido se não houvesse a quem vender os produtos de uma empresa, entra

em cena então a figura do consumidor, ele desempenhará um papel importante pois a partir dos seus juízos sobre as empresas que elas irão decidir o que produzir, com qual qualidade e a qual preço, cabe então ao empresário satisfazer os desejos dos consumidores para que obtenha sucesso em suas empreitadas, eis a soberania do consumidor e não a tirania dos empresários como muitos pregam.

## 5.7 LUCROS EMPRESARIAIS

As empresas para produzir seus bens ou serviços gastam para isso, são os chamados custos, é o esforço em capital que ela deverá prover para por no mercado os seus produtos, temos também o seu valor de venda, os rendimentos; a subtração dos rendimentos, que elas obteram, menos os custos são os lucros. Não há nada de mal em pensar nos lucros empresariais, os capitalistas e empreendedores apostaram seus investimentos e correram riscos para colocar no mercado um produto e após a sua venda eles receberam a recompensa. Hoje a sociedade brasileira tem certa aversão aos empresários devido aos lucros que eles obtêm nas transações, não há nada mais normal do que sua merecida recompensa, o problema está no fato das pessoas terem uma caricatura dos empresários formada pela mídia, professores e governantes esquerdistas que julgam os ganhos dos bravos guerreiros que permeiam o mercado nos dias atuais. Os lucros só serão possíveis se os empresários atenderem os consumidores, afirma Peringer (2003 p. 18):

O lucro e a perda empresarial podem ser interpretados, em última análise, da incerteza quanto à futura composição da oferta e da procura. Se todos os empresários fossem capazes de antecipar corretamente o futuro estado do mercado, não haveria lucros nem perdas. Mas lucros e perdas jamais poderão desaparecer de um mundo sujeito a mudanças, a não ser que esse mundo seja povoado por pessoas oniscientes.

O modelo hipotético de que as ofertas e demandas fossem dadas ao empresário, já de antemão, prova ser falso pois está presente no mercado a limitação do conhecimento, o processo dinâmico do mercado é justamente o fator que pode permitir grandes avanços na sociedade mediante a ação dos empreendedores. A competição também irá influenciar nos lucros, assim nos diz Roque (2009 s.p.):

Em um livre mercado, todos aqueles envolvidos na produção de bens e serviços tentam a todo o momento encontrar métodos de produção que seja menos custosos, o que lhes permite aumentar seus lucros. Com o tempo, esses lucros acabam atraindo novos concorrentes. E essa concorrência elimina os altos lucros e faz com que os baixos custos de produção tenham de ser repassados ao consumidor na forma de preços mais baixos. A contínua busca por lucros leva à descoberta e à implementação de novos métodos de produção ainda menos custosos, com o mesmo resultado acima. A consequência é uma queda progressiva nos preços reais de todos os produtos.

Os meios de produção que fazem com que o produto seja elaborado nas estruturas de capital também fornecem uma grande interferência nos lucros empresariais, e devido a falhas no mercado os empreendedores podem aplicar o seu conhecimento para elimina-las e assim auferir lucros em suas empresas, criando a nova informação outros agentes também poderão usar delas para poder até inovar em seus processos de produção e quem ganhará com todo este emaranhado de escolhas será o consumidor que pode optar por produtos de melhor qualidade e com melhores preços. Portanto o lucro empresarial, ou melhor, a passagem para um estado de menos conforto para um de mais conforto do empresário, não só beneficiará ele mas também todos os potenciais consumidores.

## 5.8 A COORDENAÇÃO PELO ELEMENTO EMPRESARIAL

A economia de mercado é por natureza dinâmica e sofre mudanças a todo tempo, o empresário consegue através de suas ações na esfera empresarial agir de forma

com que elimine algumas imperfeições do processo de mercado, estas falhas são continuamente tentadas a serem eliminadas mas o fato consiste em que no momento em que são extintas acaba por encontrar outros e assim caminha a economia, o papel do empreendedor visa eliminar tais falhas sem nem menos dar-se conta disto pois tratamos de uma ordem espontânea.

A tal ordem espontânea que é o mercado é ajustada pelo empresário que desempenha o processo coordenador mas um grau de coordenação total e equilíbrio total nunca serão atingidos como afirma a teoria neoclássica, que visa pontos de equilíbrios, dados de oferta e demanda previamente explícitos, concorrência perfeita e não tem um foco na ação individual e subjetiva do atuante no mercado, apesar de tendermos ao equilíbrio com a coordenação nunca chegaremos a alcança-la devido à incerteza genuína que não será extinta. Lembramos Kirzner (1985 p. 166):

O processo competitivo-empresarial torna-se visível agora, não simplesmente como capaz de gerar uma tendência rumo ao equilíbrio, mas como capaz de descobrir e corrigir os planos e decisões individuais desafinados. Podemos observar isso tanto no mais simples como no mais complexo contexto de mercado.

A descoberta anda de mãos dadas com a incerteza, e ela que irá gerar o desejo para entrar no mercado e explorar uma falha prevista pelo empresário para poder obter lucros, através de tal empreitada o empresário ajustará as condições do mercado. As tentativas de acertos por vezes deixam a desejar e o empresário cai em erros que servirão de informação nova de como não agir para os outros empresários, sendo assim a constante atualização de informações no mercado irá gerar certa harmonia para o mercado mas tendo em vista sempre os possíveis erros que estão por trás de alguns negócios, o empresário alerta observará a situação e trilhará seu caminho em direção as boas oportunidades de aplicar meios para atingir seus fins e em paralelo com eles, o risco sempre é visto. É tanto perceptível isso que todo o cidadão de um país deveria agir com ojeriza para qualquer ato de coerção

estatal para com os capitalistas. Findo este trabalho com uma citação da senhora Abreu (2011 p. 119):

Este é, em realidade, o agente coordenador inerente ao processo de mercado, atuando com serendipidade e criatividade no intuito de ganhar o seu benefício empresarial, o lucro. Esse movimento natural do empresário é, por conseguinte, o motor natural da economia de mercado e o cerne do crescimento econômico.

O lucro nada tem de sobrenatural quando temos em mente a visão da estrutura de capital, os riscos que o empreendedor levou para atingir os seus objetivos e a força e coragem com que manteve em meio a desafios exorbitantes contra o governo para manter as suas metas e aquela criatividade original e inicial da qual surgiu um empreendimento que não só trouxe benefícios para ele próprio como também para a sociedade como a geração de riquezas, empregos e novas informações no mercado que poderão ser usadas por outros agentes e manter-se assim a roda viva e incansável do processo de mercado.

De mãos dadas com o empresário na economia de mercado para gerar o crescimento volto a lembrar para o leitor do monumento austríaco ditado pelo professor Ubiratan; ação, tempo e conhecimento, eles estiveram presentes em todos os capítulos e marcaram o seu valor, não aceitemos pois os modelos pré-definidos.

## 6. CONCLUSÃO

O trabalho chegou ao fim, os objetivos delineados no início foram alcançados, as expectativas foram atingidas, mediante um esforço de revisão literária com os registros das mentes mais brilhantes quando se esboça a Escola Austríaca de Economia, o capítulo primeiro focou na identidade do empresário e de como ele é visto e lembrado e também passamos a mostrar em linhas gerais alguns quesitos que se tornam necessários para a realização livre da atividade empresarial e de qualquer outra pretensão que seja em uma economia de livre mercado.

Depois de feito isso passamos para bases fundamentais da Escola, explicitando cada ponto e tentando mostrar uma visão específica do status que é explicado hoje pelos economistas que defendem tal corrente. Ação, tempo e conhecimento permeou todos os capítulos, de ponta a ponta, aplicando neles os seus devidos valores para compreensão dos temas.

Os resultados foram efetivos dados os objetivos previstos no início, seria como chegar a um local e ver que o mapa estava correto, não falhou, os elementos de propagação da Escola receberam o papel cabido para então no desfecho e enlace da Economia Austríaca, na qual foram abordados os grandes pontos essenciais do que pode se chamar teoria econômica austríaca, lembrando o grande valor que deve ser dado à teoria do capital e monetária para a compreensão dos ciclos econômicos, algo que em muito afeta as economias dos países de todo o mundo nos dias atuais.

A atividade empresarial segundo consta na Escola não poderia ser exposta sem antes termos feito todo este trabalho de colocar as claras o monumento austríaco, vide o atraso em que a academia brasileira trata esta corrente e a necessidade que se faz, como podemos observar vendo os grandes acertos dos economistas austríacos nas famosas crises que abalam a humanidade desde o século XX. Esta atividade, é o cerce movimentador do processo de mercado e consegui explicar este feito mais precisamente no último capítulo deste trabalho de conclusão de curso; sem a criatividade empresarial estaríamos em um mundo com certeza sem grandes níveis de conforto que o capitalismo nos dá, tem se lá os defeitos mas como toda a

ordem espontânea, é formada da tentativa de acertos e erros e sem a premissa de formular um mercado, a ordem espontânea surge sem a necessidade de uma mente criadora.

As contribuições para o status dos estudos sobre empresários segundo a visão dos austríacos dão-se como um simples trabalho de ordem introdutória no tema, não requisitando para si nenhuma medalha *honoris causa* (o que não é caso, vide a simplicidade do trabalho), o escopo do trabalho seguiu como foi predefinido, livre na execução conseguiu alcançar os seus fins – Escola Austríaca – Bases e Elementos – Empresário.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Mariana Piaia. **Metodologia brasileira de análise de atos de concentração horizontal: a perspectiva da Escola Austríaca vs. o mainstream**. 2011. 140p. Monografia (Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Maria.

ARROYO, Rafael Hotz. **A Teoria Austríaca dos Ciclos Econômicos – Mais Uma Contribuição**. 2010. 186p. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas.

BASTIAT, Frédéric. **A lei**. 3. Ed. Tradução de Ronaldo da Silva Legey para o Instituto Liberal. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

BRANDA, Domingos Crosseti. **Teoria e história - evidências empíricas dos ciclos econômicos**. Instituto Ludwig von Mises Brasil. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1090>> Acesso em: 10 jun. 2012.

CARVALHO, Olavo de. **Mais sábios que Deus**. Sapientiam Autem Non Vincit Malitia. Disponível em: <<http://www.olavodecarvalho.org/semana/051128dc.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2012.

CARVALHO, Olavo de. **O milagre idiota da utopia invertida**. Sapientiam Autem Non Vincit Malitia. Disponível em: <<http://www.olavodecarvalho.org/semana/051114dc.htm>>. Acesso em: 04 jun. 2012.

CARVALHO, Olavo de. **Profetas do capitalismo global**. Sapientiam Autem Non Vincit Malitia. Disponível em: <<http://www.olavodecarvalho.org/semana/070416dc.html>>. Acesso em: 23 mai. 2012.

DRAEGER, Odinei Wilson. **As duas ordens de Hayek**. Direito e Liberalismo. Disponível em: <<http://www.direitoeliberalismo.org/as-duas-ordens-de-hayek/>>. Acesso em: 05 jun. 2012.

GARCIA, Alceu. **A teoria econômica de Lord Keynes e a ideologia triunfante do nosso tempo**. Sapientiam Autem Non Vincit Malitia. Disponível em: <<http://www.olavodecarvalho.org/convidados/0138.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2012.

GARRISON, Roger W. **Biografia de Eugen von Böhm-Bawerk**. Instituto Ludwig von Mises Brasil. Disponível em: <<http://mises.org.br/Article.aspx?id=87>> Acesso em: 11 jun. 2012.

HUERTA DE SOTO, Jesus. **A Escola Austríaca**. 2. Ed. Tradução de André Azevedo Alves. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HUERTA DE SOTO, Jesus. **Juan de Mariana: A Influência dos Escolásticos Espanhóis**. Instituto Ludwig von Mises Brasil. Disponível em: <<http://mises.org.br/Article.aspx?id=83>>. Acesso em: 01 mai. 2012.

HAYEK, Friedrich August von. **Direito, legislação e liberdade: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política – Volume I: normas e ordem**. Tradução de Anna Maria Capovilla, Jose Halo Stelle, Manoel Paulo Ferreira e Maria Luiza X. de A. Borges. São Paulo: Visão, 1985.

HAYEK, Friedrich August von. **O uso do conhecimento na sociedade**. Ordem Livre. Disponível em: <<http://www.ordemlivre.org/2008/09/o-uso-do-conhecimento-na-sociedade/>> Acesso em: 09 jun. 2012

HAZLITT, Henry. **O básico sobre a inflação**. Instituto Ludwig von Mises Brasil. Disponível em: <<http://mises.org.br/Article.aspx?id=1296>> Acesso em: 11 jun. 2012.

IORIO, Ubiratan Jorge. **Ação, tempo e conhecimento: A Escola Austríaca de Economia**. 1. Ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2011.

IORIO, Ubiratan Jorge. **O processo de mercado**. Instituto Ludwig von Mises Brasil. Disponível em: <<http://mises.org.br/Article.aspx?id=636>>. Acesso em: 02 mai. 2012

KIRZNER, Israel Meir. **Competição e atividade empresarial**. 1. Ed. Tradução de Ana Maria Sarda. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1986.

MAZZILLI, Marcello. **ESTADO? NÃO, OBRIGADO! O manual Libertário, ou o ABC do antiestatismo**. 1. Ed. Tradução de Roberto Fiori Chiocca. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MENGER, Carl. **Princípios de economia política**. 2. Ed. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MISES, Ludwig von. **Ação humana**. 3. Ed. Tradução de Donald Stewart Jr. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MISES, Ludwig von. **A mentalidade anticapitalista**. 2. Ed. Tradução de Carlos dos Santos Abreu. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MISES, Ludwig von. **As seis lições**. 7. Ed. Tradução de Maria Luiza Borges. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.

MURPHY, Robert P. **A origem do dinheiro e de seu valor**. Instituto Ludwig von Mises Brasil. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=209>> Acesso em: 10 jun. 2012.

PERINGER, Mariana Marcolin. **O livre mercado e o crescimento econômico: As evidências no mundo uma abordagem pelo índice de liberdade econômica**. 2003. 75p. Monografia (Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

POLLEIT, Thorsten. **A falácia da (super)neutralidade da moeda**. Instituto Ludwig von Mises Brasil. Disponível em: <<http://mises.org.br/Article.aspx?id=454>> Acesso em: 10 jun. 2012.

ROCKWELL, Lew. **O que é a Economia Austríaca?** Instituto Ludwig von Mises Brasil. Disponível em: <<http://www.mises.org.br/Article.aspx?id=35>>. Acesso em: 11 fev. 2012.

ROCKWELL, Lew. **Dois tipos de competição.** Instituto Ludwig von Mises Brasil. Disponível em: <<http://mises.org.br/Article.aspx?id=790>> Acesso em 14 jun. 2012.

ROQUE, Leandro. **Por que um estado inchado aumenta os lucros das empresas e diminui os salários dos trabalhadores.** Instituto Ludwig von Mises Brasil. Disponível em: <<http://mises.org.br/Article.aspx?id=536>> Acesso em 14 jun. 2012.

ROTHBARD, Murray Newton. **O individualismo metodológico.** Instituto Ludwig von Mises Brasil. Disponível em: <<http://mises.org.br/Article.aspx?id=1253>>. Acesso em: 04 jun. 2012.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações – Volume I.** Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

WOODS, Thomas. **Monopólio e livre mercado - uma antítese.** Instituto Ludwig von Mises Brasil. Disponível em: <<http://mises.org.br/Article.aspx?id=366>>. Acesso em: 08 fev. 2012.